

Convite

Em atendimento ao Requerimento nº 7/2015, do Ver. Milton Leite, foi convidado o Sr. WILSON POIT, Presidente da SP Turismo, para prestar esclarecimentos sobre a política adotada para a distribuição dos ingressos para o Camarote da Prefeitura de São Paulo do Carnaval 2015 no Anhembi.

Projetos para votação em plenário

1) PL 557/2010	Ver. PAULO FRANGE (PTB)	Votação			
DISPÕE SOBRE A COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE - COVISA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-	-
	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-	-
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-	-
Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB)		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
Parecer: FAVORAVEL		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 2 (duas) sessões em 11/03/2015 a pedido do Ver. Paulo Fiorilo.

Resumo da Tramitação

ASSUNTO: dispõe sobre a Coordenação de Vigilância em Saúde – COVISA, definindo sua composição e suas atribuições. O texto do projeto é equivalente a Portaria de Designação Nº 970/2013 – SMS.G, que trata sobre o mesmo assunto.

PL 557-2010	Portaria de Designação Nº 970/2013 – SMS.G
<p>Art. 1º - A Coordenação de Vigilância em Saúde (COVISA) tem as atribuições de coordenação técnica, planejamento, supervisão e avaliação do Sistema Municipal de Vigilância em Saúde.</p> <p>PARÁGRAFO ÚNICO: O Sistema Municipal de Vigilância em Saúde é composto por:</p> <p>I - COVISA, suas gerências e núcleos técnicos, a saber:</p> <p>a) Gerência de Vigilância de Produtos e Serviços de Interesse da Saúde;</p> <p>b) Gerência do Centro de Controle de Doenças;</p> <p>c) Gerência de Vigilância em Saúde Ambiental;</p> <p>d) Gerência do Centro de Controle de Zoonoses;</p>	<p>Art. 1º - A Coordenação de Vigilância em Saúde (COVISA) tem as atribuições de coordenação técnica, planejamento, supervisão e avaliação do Sistema Municipal de Vigilância em Saúde.</p> <p>PARÁGRAFO ÚNICO: O Sistema Municipal de Vigilância em Saúde é composto por:</p> <p>I - COVISA, suas gerências e núcleos técnicos, a saber:</p> <p>a) Gerência de Vigilância de Produtos e Serviços de Interesse da Saúde;</p> <p>b) Gerência do Centro de Controle de Doenças;</p> <p>c) Gerência de Vigilância em Saúde Ambiental;</p> <p>d) Gerência do Centro de Controle de Zoonoses;</p>

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Processos na Pauta da 6ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 25/03/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

<p>e) Gerência de Gestão de Pessoas; f) Gerência de Administração e Finanças; g) Gerência de Farmacovigilância; h) Núcleo Técnico de Comunicação em Vigilância em Saúde; i) Núcleo Técnico de Informação em Vigilância em Saúde; II - Supervisões de Vigilância em Saúde - SUVIS; III - Centros de Referência em Saúde do Trabalhador - CRST. Art. 2º - Participam do Sistema Municipal de Vigilância em Saúde todos os serviços de saúde do município que executam ações de vigilância de forma direta ou indireta, como os Hospitais, Unidades Básicas de Saúde, Ambulatórios Gerais ou Especializados, Unidades do Programa de Saúde da Família, Centros de Referência, dentre outros. Art. 3º - As gerências de Vigilância de Produtos e Serviços de Interesse da Saúde, Centro de Controle de Doenças, Vigilância em Saúde Ambiental e Centro de Controle de Zoonoses, no âmbito de suas respectivas esferas de atuação, têm as seguintes atribuições: I - Coordenar, planejar e desenvolver os projetos, programas e ações de intervenção e fiscalização pertinentes às suas respectivas áreas de atuação; II - Elaborar e submeter à apreciação da Secretaria Municipal da Saúde, as normas técnicas e padrões destinados à garantia da qualidade de saúde da população, nas suas respectivas áreas de conhecimento e atribuição; III - Participar da organização e acompanhar a manutenção de adequadas bases de dados relativas às atividades de vigilância em saúde; IV - Desenvolver ações de investigação de casos ou de surtos de agravos, bem como de condições de risco para a saúde da população, com vistas à elaboração de recomendações técnicas para o controle dos condicionantes de adoecimento; V - Promover a integração das ações de</p>	<p>e) Gerência de Gestão de Pessoas; f) Gerência de Administração e Finanças; g) Núcleo Técnico de Comunicação em Vigilância em Saúde; h) Núcleo Técnico de Informação em Vigilância em Saúde; i) Núcleo Técnico da Rede CIEVS/COVISA II - Supervisões de Vigilância em Saúde - SUVIS; III – Núcleos de Vigilância em Saúde do Trabalhador. Art. 2º - Participam do Sistema Municipal de Vigilância em Saúde todos os serviços de saúde do município que executam ações de vigilância de forma direta ou indireta, como os Hospitais, Unidades Básicas de Saúde, Ambulatórios Gerais ou Especializados, Unidades do Programa de Saúde da Família, Centros de Referência, dentre outros. Art. 3º - As gerências de Vigilância de Produtos e Serviços de Interesse da Saúde, Centro de Controle de Doenças, Vigilância em Saúde Ambiental e Centro de Controle de Zoonoses, no âmbito de suas respectivas esferas de atuação, têm as seguintes atribuições: I - Coordenar, planejar e desenvolver os projetos, programas e ações de intervenção e fiscalização pertinentes às suas respectivas áreas de atuação; II - Elaborar e submeter à apreciação da Secretaria Municipal da Saúde, as normas técnicas e padrões destinados à garantia da qualidade de saúde da população, nas suas respectivas áreas de conhecimento e atribuição; III - Participar da organização e acompanhar a manutenção de adequadas bases de dados relativas às atividades de vigilância em saúde; IV - Desenvolver ações de investigação de casos ou de surtos de agravos, bem como de condições de risco para a saúde da população, com vistas à elaboração de recomendações técnicas para o controle dos condicionantes de adoecimento; V - Promover a integração das ações de</p>
--	--

<p>vigilância com as ações das diversas áreas técnicas da Coordenadoria de Vigilância em Saúde, assim como com os programas de saúde, unidades locais e regionais e outros órgãos da administração direta e indireta do município, quando pertinente;</p> <p>VI - Emitir pareceres, elaborar normas técnicas, protocolos de condutas e procedimentos, manuais e boletins, no sentido de subsidiar as autoridades municipais para a adoção das medidas de controle;</p> <p>VII - Desenvolver competências para o uso dos métodos e técnicas da epidemiologia nos processos de conhecimento dos problemas de saúde e no planejamento das atividades de vigilância;</p> <p>VIII - Participar da elaboração e desenvolvimento dos projetos de capacitação dos profissionais envolvidos em atividades de vigilância;</p> <p>IX - Assistir a Coordenação de Vigilância em Saúde e a Secretaria Municipal da Saúde na tomada de decisões a respeito de recursos interpostos nos processos de vigilância em saúde;</p> <p>X - Assumir o controle operacional de situações epidemiológicas referentes às doenças de notificação compulsória ou agravos inusitados de saúde;</p> <p>XI - Implementar as ações de Farmacovigilância, em consonância com as outras esferas da administração pública.</p> <p>Art. 4º - A Gerência de Gestão de Pessoas tem as seguintes atribuições:</p> <p>I - Planejar, coordenar, monitorar e avaliar os programas de formação, capacitação e desenvolvimento de profissionais para as diferentes áreas da vigilância em saúde, em consonância com as diretrizes da SMS;</p> <p>II - Assessorar as áreas técnicas na elaboração de projetos e programas de formação e capacitação de profissionais, na sistematização de experiências e pesquisas em serviço;</p> <p>III - Executar as atividades relativas à gestão de pessoas, observando a legislação em vigor e as diretrizes da SMS.</p>	<p>vigilância com as ações das diversas áreas técnicas da Coordenação de Vigilância em Saúde, assim como com os programas de saúde, unidades locais e regionais e outros órgãos da administração direta e indireta do município, quando pertinente;</p> <p>VI - Emitir pareceres, elaborar normas técnicas, protocolos de condutas e procedimentos, manuais e boletins, no sentido de subsidiar as autoridades municipais para a adoção das medidas de controle;</p> <p>VII - Desenvolver competências para o uso dos métodos e técnicas da epidemiologia nos processos de conhecimento dos problemas de saúde e no planejamento das atividades de vigilância;</p> <p>VIII - Participar da elaboração e desenvolvimento dos projetos de capacitação dos profissionais envolvidos em atividades de vigilância;</p> <p>IX - Assistir a Coordenação de Vigilância em Saúde e a Secretaria Municipal da Saúde na tomada de decisões a respeito de recursos interpostos nos processos de vigilância em saúde;</p> <p>X - Assumir o controle operacional de situações epidemiológicas referentes às doenças de notificação compulsória ou agravos inusitados de saúde;</p> <p>XI - Implementar as ações de Farmacovigilância, em consonância com as outras esferas da administração pública.</p> <p>Art. 4º - A Gerência de Gestão de Pessoas tem as seguintes atribuições:</p> <p>I - Planejar, coordenar, monitorar e avaliar os programas de formação, capacitação e desenvolvimento de profissionais para as diferentes áreas da vigilância em saúde, em consonância com as diretrizes da SMS;</p> <p>II - Assessorar as áreas técnicas na elaboração de projetos e programas de formação e capacitação de profissionais, na sistematização de experiências e pesquisas em serviço;</p> <p>III - Executar as atividades relativas à gestão de pessoas, observando a legislação em vigor e as diretrizes da SMS.</p>
---	---

<p>Art. 5º - A Gerência de Administração e Finanças tem as seguintes atribuições:</p> <p>I - Coordenar o planejamento, a previsão orçamentária, a execução, o acompanhamento e a avaliação dos recursos financeiros, controlar contratos de serviços e convênios;</p> <p>II - Participar da elaboração da proposta orçamentária, discriminando receitas e despesas com base na estimativa da produção de serviços;</p> <p>III - Coordenar e executar o apoio logístico referente ao transporte, manutenção geral e insumos necessários para execução das atividades e ações desenvolvidas pela Coordenação de Vigilância em Saúde e unidades afins;</p> <p>IV - Controlar e planejar as entradas e saídas de documentos e Processos e coordenar o Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC);</p> <p>V - Providenciar os procedimentos de incorporação dos bens patrimoniais móveis e manter o controle dos bens existentes na Coordenação de Vigilância em Saúde;</p> <p>Art. 6º - O Núcleo Técnico de Informação em Vigilância em Saúde tem as seguintes atribuições:</p> <p>I - Coordenar e supervisionar os sistemas de informação, os aplicativos e as bases de dados utilizados na vigilância em saúde;</p> <p>II - Fornecer suporte técnico de informática e apoiar as gerências na análise de dados;</p> <p>III - Planejar e operacionalizar as atividades de informática e coordenar o desenvolvimento de Sistemas de Informação para uso na Vigilância em Saúde.</p> <p>Art. 7º - o Núcleo Técnico de Comunicação em Vigilância em Saúde tem as seguintes atribuições:</p> <p>I - Assessorar, desenvolver e implementar políticas e ações de comunicação para a aproximação da COVISA e da população visando a promoção em saúde no município;</p> <p>II - Assessorar as gerências e a coordenação no relacionamento com a mídia em consonância com a Assessoria de Comunicação e Imprensa da SMS;</p>	<p>Art. 5º - A Gerência de Administração e Finanças tem as seguintes atribuições:</p> <p>I - Coordenar o planejamento, a previsão orçamentária, a execução, o acompanhamento e a avaliação dos recursos financeiros, controlar contratos de serviços e convênios;</p> <p>II - Participar da elaboração da proposta orçamentária, discriminando receitas e despesas com base na estimativa da produção de serviços;</p> <p>III - Coordenar e executar o apoio logístico referente ao transporte, manutenção geral e insumos necessários para execução das atividades e ações desenvolvidas pela Coordenação de Vigilância em Saúde e unidades afins;</p> <p>IV - Controlar e planejar as entradas e saídas de documentos e processos;</p> <p>V - Providenciar os procedimentos de incorporação dos bens patrimoniais móveis e manter o controle dos bens existentes na Coordenação de Vigilância em Saúde;</p> <p>Art. 6º - O Núcleo Técnico de Informação em Vigilância em Saúde tem as seguintes atribuições:</p> <p>I - Coordenar e supervisionar os sistemas de informação, os aplicativos e as bases de dados utilizados na vigilância em saúde;</p> <p>II - Fornecer suporte técnico de informática e apoiar as gerências na análise de dados;</p> <p>III - Planejar e operacionalizar as atividades de informática e coordenar o desenvolvimento de Sistemas de Informação para uso na Vigilância em Saúde.</p> <p>Art. 7º - O Núcleo Técnico de Comunicação em Vigilância em Saúde tem as seguintes atribuições:</p> <p>I - Assessorar, desenvolver e implementar políticas e ações de comunicação para a aproximação da COVISA e da população visando a promoção em saúde no município;</p> <p>II - Assessorar as gerências e a coordenação no relacionamento com a mídia em consonância com a Assessoria de Comunicação e Imprensa da SMS;</p>
--	---

<p>II - Contribuir para a harmonização das ações de Vigilância em Saúde, obedecendo às particularidades regionais;</p> <p>III - Racionalizar as demandas da Coordenação de Vigilância em Saúde para as Supervisões de Vigilância em Saúde;</p> <p>IV - Acompanhar a execução do Plano de Ação de Vigilância em Saúde no nível regional.</p> <p>Art. 9º - As Supervisões de Vigilância em Saúde (SUVIS) e os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CRST) têm as seguintes atribuições:</p> <p>I - Participar do planejamento e da avaliação das ações de vigilância em saúde no âmbito da respectiva região;</p> <p>II - Executar as ações de vigilância em saúde definidas no Plano Municipal de Saúde;</p> <p>III - Dar publicidade às ações e medidas administrativas desenvolvidas no âmbito da vigilância em saúde;</p> <p>IV - Utilizar e estimular o uso de métodos epidemiológicos na caracterização dos problemas de saúde, visando ao planejamento das atividades atinentes à vigilância em saúde;</p> <p>V - Remeter periodicamente à Coordenação de Vigilância em Saúde - COVISA informações sobre as ações de vigilância em saúde executadas no âmbito de sua competência.</p> <p>Art. 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.</p>	<p>II - Contribuir para a harmonização das ações de Vigilância em Saúde, obedecendo às particularidades regionais;</p> <p>III - Racionalizar as demandas da Coordenação de Vigilância em Saúde para as Supervisões de Vigilância em Saúde;</p> <p>IV - Acompanhar a execução do Plano de Ação de Vigilância em Saúde no nível regional.</p> <p>Art. 10 - As Supervisões de Vigilância em Saúde (SUVIS) e os Núcleos de Vigilância em Saúde do Trabalhador têm as seguintes atribuições:</p> <p>I - Participar do planejamento e da avaliação das ações de vigilância em saúde no âmbito da respectiva região;</p> <p>II - Executar as ações de vigilância em saúde definidas no Plano Municipal de Saúde;</p> <p>III - Dar publicidade às ações e medidas administrativas desenvolvidas no âmbito da vigilância em saúde;</p> <p>IV - Utilizar e estimular o uso de métodos epidemiológicos na caracterização dos problemas de saúde, visando ao planejamento das atividades atinentes à vigilância em saúde;</p> <p>V - Remeter periodicamente à Coordenação de Vigilância em Saúde - COVISA informações sobre as ações de vigilância em saúde executadas no âmbito de sua competência.</p> <p>Art. 11 - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2206/2012-SMS, de 05/10/2012.</p>
--	--

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: parecer pela legalidade (fls. 25 e 26).

Comissão de Administração Pública: Solicitou quesitos ao Executivo, com resposta às folhas 28 – 49. Exarou parecer **contrário** “diante do parecer do Executivo e nos termos do disposto no parágrafo 2º do artigo 37 da Lei Orgânica do Município de São Paulo visto que matérias referentes a organização administrativa são de iniciativa privativa do Executivo.” (fls.52 e 53).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: realizou duas audiências públicas (fls. 54 a 65), tendo sido o projeto citado às folhas 55 e 65-66. Não houve oradores inscritos. A Comissão exarou parecer favorável (fl. 66).

Análise da Consultoria

O presente projeto, ao estabelecer a organização da Covisa em lei, dificultará o remanejamento da

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Processos na Pauta da 6ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 25/03/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

estrutura dessa Coordenação. Ressalte-se, da resposta do Executivo, a fls. 37: "... cabe salientar que o PL nada dispõe acerca dos cargos de provimento em comissão, os quais deveriam ser identificados e alocados de acordo com a nova estrutura proposta, bem como revista as exigências de provimento e quantidades, sendo certo que o número de cargos atualmente pertencentes a COVISA é insuficiente para as novas gerências que estão sendo criadas".

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto – Consultor Técnico Legislativo – Economia
Revisão: Regina Eiko Kimachi – Consultor Técnico Legislativo – Economia

Relatório do Relator

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 557/2010

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Paulo Frange, visa dispor sobre a Coordenação de Vigilância em Saúde – COVISA, definindo sua composição e suas atribuições.

Em sua Justificativa, o autor cita a fundamental importância da COVISA para a população, e argumenta ser evidente que suas atribuições deveriam ser regidas por lei específica, devidamente estudadas e discutidas nesta Edilidade, dado seu poder de polícia administrativa na área da saúde.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

2) PL 157/2011	Ver. DALTON SILVANO (PV)	Votação			
DISPÕE SOBRE PERMISSÃO DE ÔNIBUS E VANS ESCOLARES DEVIDAMENTE IDENTIFICADAS A TRAFEGAR PELOS CORREDORES EXCLUSIVOS DE ÔNIBUS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)					
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Vistas ao Ver. Paulo Fiorilo em 11/02/2015. Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 2 (duas) sessões em 11/03/2015 a pedido do Ver. Jair Tatto.

Resumo da Tramitação

ASSUNTO: permite que ônibus e vans escolares, devidamente identificadas e registradas pelo Departamento de Transporte Público, trafeguem pelos corredores de ônibus. A circulação será permitida entre 6h00 e 20h00 nos dias úteis, respeitada a legislação de trânsito vigente.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 20/22).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: foram feitos quesitos ao Executivo

(fl. 25) com resposta às folhas 27/34, em que foi apontado que o projeto “padece de vício insanável” (...) / (...) “por se tratar de organização do Sistema de Transporte, a saber, a alteração do uso dos corredores criados no viário exclusivamente para o tráfego de ônibus que integram o Sistema Municipal de Transporte” (fl. 31). Essa Comissão exarou parecer favorável (fl. 35).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: parecer **contrário** “tendo em vista que a permissão do tráfego desses veículos nas vias exclusivas aos veículos de transporte coletivo público de passageiros ampliaria demasiadamente o rol das exceções influenciando negativamente na qualidade dos serviços de transportes prestados a população”. (fl. 36).

Comissão de Finanças e Orçamento: foram feitos quesitos ao Executivo (fl.38):

- “Sem nenhum demérito pelo trabalho desenvolvido por operadores do sistema de transporte escolar, não verificamos a existência de fundamento legal ou infralegal para concessão de privilégio de circulação para seus veículos”. “Também por uma questão de equidade e respeito à igualdade de direitos, se hipoteticamente os veículos de transporte de escolares fossem autorizados a circular nas faixas e corredores exclusivos, também passariam a ter tal direito todos os veículos de diversos segmentos que prestam serviços semelhantes, em prejuízo dos milhões de usuários do sistema do transporte coletivo por ônibus”. “Por todo o exposto, entendemos que faltam mecanismos, instrumentos e fundamentos para que se possa conceder autorização para uso de corredores de ônibus pelos veículos do serviço de transporte de escolares.... Em termos de impacto orçamentário... poderá ser necessária a adequação de toda sinalização vertical de regulamentação de trânsito dos corredores de ônibus de toda a cidade e seus suportes...”. (Departamento de Operação do Sistema Viário – Secretaria Municipal de Transportes – fls. 41/42).

Análise da Consultoria

A presente proposição, se aprovada, irá gerar custos ao Executivo, conforme acima transcrito.

Consta dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos seguintes dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (**sim ou não**):

Art. 16 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - **estimativa** do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 16 - ...

....

§ 2º - A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das **premissas e metodologia de cálculo** utilizadas.

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 17 - Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º - Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a **estimativa** prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º - Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de **comprovação** de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

Art. 4º ...

.....

Data da Reunião: 25/03/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

§ 3º - Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º - A **comprovação** referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

☐ **sim**

☒ **não**

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso – Consultor Técnico Legislativo – Economia
Revisão: Rodrigo Mantovani Policano – Consultor Técnico Legislativo – Economia

Relatório do Relator

PARECER Nº

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

PROJETO DE LEI Nº 157/2011

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Dalton Silvano, visa permitir que ônibus e vans escolares, devidamente identificados e registrados pelo Departamento de Transporte Público, trafeguem pelos corredores de ônibus. A circulação seria permitida entre 6h00 e 20h00 nos dias úteis, respeitada a legislação de trânsito vigente.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

3) PL 328/2011	Ver. DALTON SILVANO (PV)	Votação			
DISPÕE SOBRE A DESTINAÇÃO DE CASAS POPULARES A EMPREGADOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL CONTRATADOS PARA A CONSTRUÇÃO DO ESTÁDIO DE FUTEBOL NA ZONA LESTE DO CORINTHIANS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO					

Obs: Vistas ao Ver. Jair Tatto em 11/02/2015. Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 2 (duas) sessões em 11/03/2015 a pedido do Ver. Paulo Fiorilo.

Resumo da Tramitação

ASSUNTO: determina a reserva de imóveis construídos pela Prefeitura em projetos habitacionais, sejam eles feitos com recursos próprios ou em parceria com os governos estadual e federal, a trabalhadores da construção civil envolvidos na edificação do estádio de futebol do Corinthians que sediará a abertura da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Ainda de acordo com a propositura, são condições necessárias para que os trabalhadores acima referidos tenham prioridade na compra dos imóveis citados: i) ter trabalhado em pelo menos 50% da construção do estádio de futebol, considerando o início e o término da obra; ii) residir em moradia de aluguel no Município de São Paulo ou na Grande São Paulo; iii) ter vindo de outros estados para trabalhar nas obras do estádio. O projeto prescreve ainda que os trabalhadores contemplados terão acesso e assistência da Prefeitura e às linhas de crédito e financiamento disponíveis no mercado.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela constitucionalidade e legalidade (fls. 43-45).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: parecer favorável (fls. 46-47).

Comissão de Administração Pública: parecer contrário, uma vez que “o contingente de indivíduos e famílias que se encontram inscritos na fila de espera das unidades habitacionais de interesse social oferecidas pelo poder público municipal é quantitativamente relevante. Mesmo diante da produção oferecida, esta situação pode se deteriorar ainda mais, por exemplo, na ocorrência de situações emergenciais que envolvam remoções de famílias que habitam áreas de risco” (fls. 51-52). Há voto vencido favorável, com substitutivo (fls. 53-54).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: favorável, com substitutivo que destina imóveis construídos pela Prefeitura a todos os operários da construção civil atuantes no âmbito do Município de São Paulo (fls. 55-56).

Análise da Consultoria

Interpretando-se a propositura como apenas reservando uma parte das habitações construídas anualmente para os trabalhadores citados, e não alterando o número planejado de habitações a serem construídas, não há impactos financeiros significativos.

Elaboração: Adriano Nunes Borges – Consultor Técnico Legislativo – Economia

Revisão: Thiago de Carvalho Alves – Consultor Técnico Legislativo – Economia

Relatório do Relator

PARECER Nº

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

PROJETO DE LEI Nº 328/2011

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Dalton Silvano, visa determinar a reserva de imóveis construídos pela Prefeitura em projetos habitacionais, sejam eles feitos com recursos próprios ou em parceria com os governos estadual e federal, a trabalhadores da construção civil envolvidos na edificação do estádio de futebol do Corinthians que sediará a abertura da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Ainda de acordo com a propositura, são condições necessárias para que os trabalhadores acima referidos tenham prioridade na compra dos imóveis citados: i) ter trabalhado em pelo menos 50% da construção do estádio de futebol, considerando o início e o término da obra; ii) residir em moradia de aluguel no Município de São Paulo ou na Grande São Paulo; iii) ter vindo de outros estados para trabalhar nas obras do estádio. O projeto prescreve ainda que os trabalhadores contemplados terão acesso e assistência da Prefeitura e às linhas de crédito e financiamento disponíveis no mercado.

Em seu parecer, a douta Comissão de Educação, Cultura e Esportes apresentou substitutivo estendendo o benefício previsto no projeto de lei a todos os operários da construção civil atuantes no

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Processos na Pauta da 6ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 25/03/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Município de São Paulo.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, nos termos do substitutivo mencionado, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, ao substitutivo da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, portanto, é o parecer.
Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

4) PL 404/2011	Ver. ITALO CARDOSO (PT)	Votação			
ACRESCENTA DISPOSITIVO A LEI 13.153, DE 22 DE JUNHO DE 2001, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (DISPENSA AUTO DE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO PARA ATIVIDADE NÃO RESIDENCIAL, NAS ÁREAS DE PROTEÇÃO AOS MANANCIASIS).			Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)
	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)
	Ver. JAIR TATTO (PT)
	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)
	Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)
	Ver. OTA (PROS)
	Ver. PAULO FIORILO (PT)
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)
Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB)					
Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO					

Obs: Adiado por 2 reuniões em 11/12/2013; Adiado por 5 reuniões em 19/3/2014; Vistas ao Ver. Aurélio Nomura em 21/05/2014 e ao Ver. David Soares em 27/2/2015.

Resumo da Tramitação

ASSUNTO: acrescenta os artigos 11-A, 11-B, 11-C e 11-D à Lei 13.153, de 22 de junho de 2001, que dispõe sobre a política pública de atenções de assistência social, sem fins lucrativos, operada através de convênios no âmbito do Município de São Paulo.

O art. 11-A estabelece que, para a celebração de convênios disciplinados pela Lei 13.153/01, em Áreas de Proteção aos Mananciais delimitadas pelas Leis Estaduais 898/1985 e 1.172/1976, o Poder Público Municipal excepcionará a regra de regularização de uso do imóvel, com a dispensa do Auto de Licença de Funcionamento para atividades não residenciais.

O art. 11-B determina que constitui requisito essencial para a dispensa do Auto de Licença de Funcionamento para atividade não residencial a apresentação de laudo que ateste as condições de estabilidade, segurança e salubridade da edificação, subscrito por profissional legalmente habilitado para esse fim, Engenheiro Civil ou Arquiteto registrado no órgão federal responsável pela fiscalização profissional que se responsabilizará civil e criminalmente pelas informações prestadas.

De acordo com o art. 11-C, a dispensa do Auto de Licença de Funcionamento deverá perdurar até que seja aprovada a lei municipal de regularização urbanística, ambiental, administrativa e fundiária das edificações situadas nas Áreas de Proteção aos Mananciais.

O art. 11-D permite que o Poder Público Municipal discipline compensações ambientais a serem realizadas pelo conveniado na constância da dispensa do Auto de Licença de Funcionamento.

A justificativa do projeto diz que a dispensa do Auto de Licença de Funcionamento é "necessária para garantir serviços na área de assistência social, uma vez que as áreas beneficiadas apresentam alto índice de vulnerabilidade social." (fl. 03)

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade.(fls. 91-94)

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: realizou audiências públicas, em 09/05/12 (fls 95/107 – menção do PL a fls. 105/106) e em 23/05/2012 (fls. 108/115 – menção a fl. 113):

Fls. 105: Sra. Lucila Lacreta, do Movimento Defesa São Paulo – “...seria uma anistia branca, uma anistia disfarçada. ...Isso é um contrassenso...porque licença só pode ser concedida se os requisitos forem preenchidos, ainda mais em área de manancial que exige um cuidado especial para aquela região, já que ela supre de água a cidade de São Paulo...”.

A Comissão exarou parecer favorável (fls. 114/117) com **substitutivo** para “prever instrumento específico que autorize o funcionamento das referidas atividades com base na legislação ambiental e de uso e ocupação do solo” (fl. 115).

Comissão de Administração Pública: favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente (fls. 118/119).

Análise da Consultoria

O projeto acarreta despesas de fiscalização; tais despesas, em tese, são orçamentariamente previstas.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto – Consultor Técnico Legislativo – Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi – Consultor Técnico Legislativo – Economia

Relatório do Relator

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 404/2011

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Ítalo Cardoso, visa acrescentar os artigos 11-A, 11-B, 11-C e 11-D à Lei 13.153 de 22 de junho de 2001, que dispõe sobre a política pública de atenções de assistência social, sem fins lucrativos, operada através de convênios no âmbito do Município de São Paulo.

O art. 11-A estabelece que para a celebração de convênios disciplinados pela Lei 13.153/01, em Áreas de Proteção aos Mananciais delimitadas pelas Leis Estaduais 898/1985 e 1172/1976, o Poder Público Municipal excepcionará a regra de regularização de uso do imóvel, com a dispensa do Auto de Licença de Funcionamento para atividades não residenciais.

O art. 11-B determina que constitui requisito essencial para a dispensa do Auto de Licença de Funcionamento para atividade não residencial, a apresentação de laudo que ateste as condições de estabilidade, segurança e salubridade da edificação, subscrito por profissional legalmente habilitado para esse fim, Engenheiro Civil ou Arquiteto registrado no órgão federal responsável pela fiscalização profissional que se responsabilizará civil e criminalmente pelas informações prestadas.

De acordo com o art. 11-C, a dispensa do Auto de Licença de Funcionamento deverá perdurar até que seja aprovada a lei municipal de regularização urbanística, ambiental, administrativa e fundiária das edificações situadas nas Áreas de Proteção aos Mananciais.

O art. 11-D permite que o Poder Público Municipal discipline compensações ambientais a serem realizadas pelo conveniado na constância da dispensa do Auto de Licença de Funcionamento.

A justificativa do projeto diz que a dispensa do Auto de Licença de Funcionamento é “necessária para garantir serviços na área de assistência social, uma vez que as áreas beneficiadas apresentam alto índice de vulnerabilidade social”.

A douta Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente apresentou parecer favorável, com substitutivo para “prever instrumento específico que autorize o funcionamento das referidas atividades com base na legislação ambiental e de uso e ocupação do solo”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Contudo, a fim de aprimorar a redação da propositura, propomos o seguinte substitutivo:

SUBSTITUTIVO Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 404/2011

Acrescenta artigos à Lei nº 13.153, de 22 de junho de 2001, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º. Ficam acrescidos à Lei nº 13.153, de 22 de junho de 2001, os artigos 11-A, 11-B, e 11-C, com a seguinte redação:

“Art. 11-A Para a celebração de convênios disciplinados por esta Lei, em Áreas de Proteção aos Mananciais, o Poder Público Municipal excepcionará a regra de licenciamento de uso do imóvel, com a exigência de Licença de Funcionamento de caráter especial e temporário para estabelecimentos destinados à prestação de serviços de utilidade pública ou de cunho social, enquadrados como nR1, de acordo com o inciso VII, do art. 155, da Lei nº 13.885, de 25 de agosto de 2004.

Art. 11-B Constitui requisito essencial para o licenciamento especial a que se refere o artigo anterior que a atividade seja admitida nas Áreas de Intervenção segundo as leis estaduais nº 12.233/06 e nº 13.579/09, relativas às Bacias Hidrográficas dos Reservatórios Guarapiranga e Billings, respectivamente.

§ 1º - O Auto de Licença de Funcionamento referido no “caput” deste artigo será expedido para as atividades permitidas pela legislação de uso e ocupação do solo, desde que:

I - o responsável técnico legalmente habilitado e o responsável pela atividade atestem conjuntamente que cumprirão a legislação municipal, estadual e federal vigente sobre as condições de higiene, acessibilidade, segurança de uso, estabilidade e habitabilidade da edificação;

II - seja apresentado o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB, quando for o caso;

III – o responsável pelo convênio, com anuência do órgão municipal competente, utilize o imóvel para a finalidade proposta.

§ 2º - Não será expedido o Auto de Licença de Funcionamento de que trata o “caput” deste artigo para imóveis:

I - situados em área “non aedificandi” ou de preservação ambiental permanente;

II - que tenham invadido logradouro ou terreno público, ressalvadas as áreas públicas objeto de concessão, permissão, autorização de uso e locação social;

III - que sejam objeto de ação judicial promovida pela Municipalidade de São Paulo, objetivando a sua demolição.

Art. 11-C O Auto de Licença de Funcionamento Especial para os fins previstos nesta Lei somente produzirá efeitos após sua efetiva expedição e deverá perdurar até que, em consonância com as disposições vigentes, sejam sanadas as pendências com relação à regularização urbanística, ambiental, e fundiária das edificações situadas nas Áreas de Proteção aos Mananciais.” (NR)

Art. 2º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias, suplementadas se necessário.

Art. 3º O Executivo regulamentará a presente lei, no que couber, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Processos na Pauta da 6ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 25/03/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

5) PL 85/2012 ALTERA A LEI 13.701 DE 24 DE DEZEMBRO DE 2003 DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (REF. A INCIDÊNCIA DE ISS SOBRE PRODUTOS E SERVIÇOS GERADOS PELA INDÚSTRIA GRÁFICA) Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB) Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO	Ver. LAÉRCIO BENKO (PHS); Ver. NATALINI (PV)	Votação			
			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Vistas ao Ver. Jair Tatto em 12/11/2014. Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 2 (duas) sessões em 11/03/2015 a pedido do Ver. Paulo Fiorilo.

Resumo da Tramitação

ASSUNTO: altera a Lei nº 13.701, de 24 de dezembro de 2003, que altera a legislação do ISS – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza. A propositura objetiva mudar a lista de serviços estabelecida pelo artigo 1º da referida lei (especificamente o item 13.04), excluindo a incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN – sobre a confecção de impressos gráficos destinados a posterior operação de comercialização, ainda que incorporados à outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos e embalagens, manuais técnicos e de instrução, que ficarão sujeitos ao ICMS. O Artigo 2º da iniciativa faz referência à remissão dos créditos tributários decorrentes da confecção dos impressos gráficos supramencionados.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: solicitou informações ao Executivo (fl. 98) com respostas nas fls. 99 a 109.

O Executivo informou que: “i) que a lista de serviços definida em lei complementar para efeito da incidência de ISS sobre serviços é taxativa e não meramente indicativa, devendo o legislador municipal ater-se aos itens previstos na lista anexa à Lei Complementar nº 116/03 (fl. 102); ii) que não compete ao legislador municipal dirimir conflitos de competência em matéria tributária, matéria de lei complementar (fl. 103); iii) que o impacto anual estimado pela não incidência tributária é de R\$ 37.553.662,47 para 2012, R\$ 41.309.028,71 para 2013 e R\$ 45.439.931,58 para 2014 (fl. 107); iv) que o impacto referente a uma possível remissão aos códigos de serviços citados é de R\$ 249.861.986,96 (fl. 107).

Por fim, a Comissão apresentou substitutivo “para inserir no texto legal dispositivo que possibilite o atendimento ao art. 14, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, segundo o qual deve a proposta estar instruída com demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias” (fls. 111 a 117).

Comissão de Administração Pública: apresentou substitutivo, pois considera que “para que se efetive esta isenção ora proposta, entendemos que as empresas contempladas por esta medida deverão oferecer contrapartida, para que façam jus a este benefício.” O substitutivo apresentado prevê que os benefícios fiscais previstos somente se efetivarão, caso as empresas executantes dos serviços descritos ofereçam ou patrocinem cursos profissionalizantes, devidamente registrados ou autorizados pelo Ministério da

Educação – MEC (fls. 120 a 123). Esse substitutivo mantém o dispositivo mencionado inserido pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: parecer favorável ao substitutivo apresentado pela comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 124 a 128).

Comissão de Finanças e Orçamento:

Foram realizadas duas audiências públicas (fls. 130/152 – menção do PL a fls. 138/142 – e fls. 153/163 – menção a fls. 154/161). Na primeira audiência pública, o representante da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico do Município afirmou que o projeto é inconstitucional, pois “acaba por aumentar a incidência do imposto e fazendo exceção a esses impressos que seriam destinados à comercialização”. Além disso, visto que o projeto tenta dirimir conflito de competência, “ele deve ser disciplinado pela Lei Complementar”(…)/(…) “portanto, ele estaria duplamente eivado de inconstitucionalidade.”

Análise da Consultoria

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto, caso se torne lei, implica renúncia de receita orçamentária. Ressalte-se que há menções na 2ª audiência pública da Comissão a respeito de elaboração de substitutivo (em especial a fls. 159/161). Tendo em vista recebimento de minuta de substitutivo entregue por representantes da Associação Brasileira da Indústria Gráfica - ABIGRAF e do Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de São Paulo – SINDIGRAF (cartões anexados), segue minuta de relatório com esse texto. Informou a Dra. Nílsea que:

- o texto da minuta de substitutivo é o mesmo do PLP 366/2013, projeto aprovado no Senado e que tramita na Câmara dos Deputados, e que tem a concordância da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais-ABRASF e da Secretaria de Finanças do Município.

Constam dos autos do processo as estimativas/demonstrações/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigidas pelos seguintes dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (**sim ou não**):

Art. 14 - A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de **estimativa** do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

☐ **sim** ☒ **não**

I - **demonstração** pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de **medidas de compensação**, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

☐ **sim** ☒ **não**

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro – Consultor Técnico Legislativo – Economia

Revisão: Adriano Nunes Borges – Consultor Técnico Legislativo – Economia

Relatório do Relator

PARECER Nº

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

PROJETO DE LEI Nº 85/2012

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Laércio Benko e Gilberto Natalini, visa alterar a Lei 13.701, de 24 de dezembro de 2003, que altera a legislação do ISS – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

A propositura objetiva mudar a lista de serviços estabelecida pelo artigo 1º da referida lei (especificamente o item 13.04), excluindo a incidência do ISS sobre a confecção de impressos gráficos destinados a posterior operação de comercialização, ainda que incorporados a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como: bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos e embalagens, manuais técnicos e de instrução, que ficarão sujeitos ao ICMS. O artigo 2º da iniciativa faz referência à remissão dos créditos tributários decorrentes da confecção dos impressos gráficos supramencionados.

Conforme a justificativa do projeto, a “ausência de indicação precisa na legislação que rege a tributação de produtos e serviços gerados pela indústria gráfica vem fazendo com que o ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e o ISS (Imposto Sobre Serviços) acabem sendo, em alguns casos, cobrados simultaneamente sobre uma mesma operação. O tratamento tributário duvidoso a que há muitos anos são submetidas às indústrias gráficas tem gerado insegurança para o setor”. Ademais, “Em 13/04/2011, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), em decisão unânime, suspendeu a eficácia do subitem 13.05 da lista anexa à Lei Complementar (LC) 116/2003, por entender que incide ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre o trabalho gráfico na fabricação e circulação de embalagens, e não o ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza). Porém, é fato que a questão não se resume à confecção do produto ‘embalagem’, atingindo também outros produtos confeccionados à pela indústria gráfica, destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, manuais técnicos e de instrução. Assim, ... o que se pretende com o presente projeto é colocar na Lei 13.701, de 24 de dezembro de 2003, do Município de São Paulo, o que já é tida como a interpretação mais acertada e cristalizada pelos anos de prática e mais recentemente pela decisão unânime do STF, dando, por conseguinte a necessária segurança jurídica à relação Fisco-Contribuinte - na Cidade de São Paulo - evitando novos transtornos”.

Quanto aos aspectos atinentes a esta Comissão, o entendimento é que a matéria reveste-se de interesse público, eis que, conforme a justificativa da propositura, há necessidade da alteração a fim de restabelecer a segurança jurídica, condição absolutamente necessária para as relações entre o Fisco Municipal e os contribuintes. Ademais, as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer. Contudo, apresentamos o seguinte substitutivo, encaminhado por representantes da Associação Brasileira da Indústria Gráfica - ABIGRAF e do Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de São Paulo - SINDIGRAF, conforme discussões havidas na segunda audiência pública realizada sobre o projeto:

SUBSTITUTIVO Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 85/2012

Altera a Lei 13.701, de 24 de dezembro de 2003, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO decreta:

Art. 1º Fica alterado o item 13.04 do art. 1º da Lei 13.701, de 24 de dezembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º ...

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Processos na Pauta da 6ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 25/03/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

...
13.04 - Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichê, zincografia, litografia, fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.
..."

Art. 2º Vedada a restituição das quantias recolhidas a este título, ficam remetidos os créditos do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS decorrentes de confecção de impressos gráficos destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

6) PL 334/2012 Ver. ABOU ANNI (PV)		Votação			
DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TARIFA NO TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO AOS POLICIAIS MILITARES REFORMADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB) Parecer: FAVORAVEL			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Vistas concedidas ao Ver. Jair Tatto em 03/12/2014. Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 2 (duas) sessões em 11/03/2015 a pedido do Ver. Jair Tatto.

Resumo da Tramitação

ASSUNTO: isenta do pagamento da tarifa do transporte coletivo urbano de passageiros do município os integrantes da reserva da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fl. 43)

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e de Meio Ambiente: solicitou informações ao Executivo (fl. 45), com respostas às fls. 47 a 56, "concluindo pela inviabilidade da proposta" (fl. 47).

A SPTrans afirmou que "podemos considerar que grande parte dos aposentados, no caso dos policiais militares: reformados, notadamente os homens maiores que 65 anos e mulheres maiores que 60 anos, já é

beneficiada pela isenção de tarifa.” (fl. 48).

Essa Comissão exarou parecer **contrário** (fls. 57 e 58).

Comissão de Administração Pública: apresentou substitutivo, prevendo em parágrafo único do artigo primeiro que “a gratuidade... será concedida após a apresentação da carteira funcional em sua via original ao motorista, a fim de que seja franqueada a saída do beneficiário pela porta dianteira do veículo.” (fl. 59 e 60)

Análise da Consultoria

O presente projeto implicará aumento de despesa obrigatória de caráter continuado, uma vez que aumentará a necessidade de repasse por meio da rubrica Compensações Tarifárias. O substitutivo apresentado vem de encontro à lógica do sistema municipal, que visa abranger todos os passageiros transportados, inclusive os casos de gratuidade, que devem ser cobertos pela mencionada rubrica.

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro – Consultor Técnico Legislativo – Economia

Revisão: Adriano Nunes Borges – Consultor Técnico Legislativo – Economia

Relatório do Relator

PARECER Nº

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

PROJETO DE LEI Nº 334/2012

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Abou Anni, visa isentar do pagamento da tarifa do transporte coletivo urbano de passageiros do Município os integrantes da reserva da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

7) PL 335/2012	Ver. ARSELINO TATTO (PT)	Votação			
DISPÕE SOBRE CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE AOS SERVIDORES MUNICIPAIS LOTADOS NA COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE - COVISA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB)		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Vistas concedidas ao Ver. David Soares em 22/10/2014. Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por uma sessão na Reunião Ordinária de 18/03/2015, a pedido do Ver. Milton Leite.

Resumo da Tramitação

ASSUNTO: estabelece condições a serem observadas pelo Poder Público por ocasião da contratação de empresas para a prestação de serviços de transporte aos servidores municipais lotados na Coordenação de Vigilância em Saúde – COVISA. As referidas condições são: I - disponibilização dos mesmos motoristas pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, salvo motivo de força maior devidamente justificado; II - disponibilização de veículos com no máximo 5 (cinco) anos de uso; e III - comprovação de realização de revisão dos veículos, anualmente, em concessionária autorizada.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 106-107).

Comissão de Administração Pública: favorável (fl. 110). Há voto em separado contrário.

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: realizou audiências públicas em 09/10/2013 (menção ao projeto às fls. 117-118), onde se destaca o testemunho do Vereador Calvo a respeito do projeto a fl. 118: "(...) Fui médico da vigilância sanitária por muito tempo e nosso maior problema eram viaturas para a realização do nosso trabalho (...). Esse projeto vem corrigir essa distorção (...). É um projeto de suma importância para a Cidade de São Paulo"; e 23/10/2013 (menção ao projeto a fls. 129).

A Comissão fez quesitos ao Executivo (fls. 136-137, resposta às fls. 138-143). Destaca-se manifestação do Exmo. Secretário Municipal de Saúde, José de Filippi Junior, que considera que "(...) em que pese a relevância do tema, a matéria em pauta, não reúne condições de prosperar na forma como se apresenta, haja vista, que as legislações vigentes e as norma próprias já contempla a execução do objeto da presente proposta. Razão pela qual, nesta oportunidade reiteramos pelo **VETO TOTAL** ao Projeto de Lei em comento, (fl. 143). A Gerência de Administração e Finanças da COVISA também ressalta que "(...) Não há razoabilidade em se exigir a permanência de motoristas pelo período de 05 anos, uma vez que os contratos administrativos têm duração de 12 (doze) meses, prorrogáveis por até 60 (sessenta) meses, ou seja, o próprio contrato não tem vigência obrigatória de cinco anos", (fl. 139).

A Comissão exarou parecer favorável (fl. 144).

Análise da Consultoria

Em resposta a quesitos elaborados pela Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher (ver acima), o Executivo afirmou que os editais de contratação do serviço de transporte já incorporam as exigências de tempo de uso dos veículos e realização de revisão anual. A exigência de permanência de motoristas pelo período de 5 anos é considerada inaplicável, uma vez que os contratos administrativos têm duração de 12 meses, prorrogáveis até 60 meses. Sendo assim, considera-se que a propositura não tem impacto orçamentário-financeiro.

Elaboração: Adriano Nunes Borges – Consultor Técnico Legislativo – Economia

Revisão: Bruno Nunes Medeiro – Consultor Técnico Legislativo – Economia

Relatório do Relator

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 335/2012

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Arselino Tatto, visa estabelecer condições a serem observadas pelo Poder Público por ocasião da contratação de empresas para a prestação de serviços de transporte aos servidores municipais lotados na Coordenação de Vigilância em Saúde – COVISA.

As referidas condições são: I - disponibilização dos mesmos motoristas pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, salvo motivo de força maior devidamente justificado; II - disponibilização de veículos com no máximo 5 (cinco) anos de uso; e III - comprovação de realização de revisão dos veículos, anualmente, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Processos na Pauta da 6ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 25/03/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

concessionária autorizada.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

8) PL 393/2012	Ver. LAÉRCIO BENKO (PHS); Ver. DAVID SOARES (PSD)	Votação			
INCLUI NOVO DISPOSITIVO NA LEI Nº 15.406, DE 8 DE JULHO DE 2011 QUE DISPÕE SOBRE O PROGRAMA NOTA FISCAL PAULISTANA E COLETA SELETIVA DE LIXO E FIXA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Vistas ao Ver. Paulo Fiorilo em 13/08/2014, ao Ver. Ricardo Nunes em 03/09/2014 e ao Ver. Jair Tatto em 25/11/2014. Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 2 (duas) sessões em 11/03/2015 a pedido do Ver. Jair Tatto.

Resumo da Tramitação

ASSUNTO: inclui novo dispositivo na Lei nº 15.406, de 8 de julho de 2011 — que dispõe, entre outros, sobre o Programa Nota Fiscal Paulistana —, com objetivo de conceder créditos na Nota Fiscal Paulistana comercial ou residencial aos contribuintes do Imposto Predial Territorial e Urbano – IPTU – que comprovadamente efetuarem coleta seletiva de seus resíduos sólidos e orgânicos e os disponibilizarem para as cooperativas de reciclagem.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade, com apresentação de substitutivo para “adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa, uma vez que a Lei nº 14.097/05, com a redação dada pela Lei nº 15.406/11, dispõe especificamente sobre a nota fiscal eletrônica referente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS” (fl. 82 – 84, texto do substitutivo retira menções a leis).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: realizou duas audiências públicas (menção ao projeto - fls. 86 e 94 – sem inscritos).

A Comissão solicitou informações ao Executivo (fl. 97) com respostas nas fls. 99 a 108. A Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico destacou as seguintes questões jurídicas e administrativas:

1) “Não atendimento ao disposto no artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o que implica responsabilidade na gestão fiscal” (fl. 104), pois “a justificativa apresentada junto ao PL 393/2012: não acompanha estimativa do impacto orçamentário-financeiro; não demonstra que a renúncia tenha sido considerada na estimativa de receita da lei orçamentária; e não acompanha medidas de compensação.” (fl.

103);

2) “Determinação de hipóteses de incidência de incentivo fiscal pelo Executivo, o que afronta a Constituição Federal” (fl. 104), pois “o artigo 2º do projeto de lei, tanto em seu texto original, quanto no substitutivo, outorga ao Executivo dispor sobre as hipóteses de incidência do crédito gerado. Isso significa que o Executivo determinaria a forma de cálculo dos valores gerados, implicando renúncia de receita decorrente de instrumento não legal. Isso afronta diretamente a Constituição Federal, artigo 150, § 6º, que determina que benefícios fiscais sejam concedidos mediante lei específica.” (fl. 102);

3) “Sistemática falha, sem definição de conceitos relativos à geração de créditos” (fl. 104), pois “uma sistemática de geração de créditos a partir da coleta seletiva é inviável. Isso ocorre porque o único critério objetivo mensurável é a quantidade de lixo produzido. Nesse caso, corre-se o risco de se fomentar a produção de lixo, já que quanto maior a quantidade, maior o crédito gerado.” (fl. 104);

4) “Criação de intransponíveis dificuldades operacionais” (fl. 104), pois o texto do projeto cria “a necessidade de se aferir a separação do lixo. Isso cria dificultosos procedimentos de fiscalização, pois além de se medir a quantidade de lixo selecionado, seria necessário, também, constatar se a separação atende a critérios que tornem esse material de fato útil para a reciclagem. E trata-se, aqui, de monitorar o lixo de mais de dois milhões de geradores” (fl. 104).

A Comissão exarou parecer favorável ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 109)

Comissão de Administração Pública: parecer favorável ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 110 e 111)

Comissão de Finanças e Orçamento:

Realizou audiência pública (fls. 114/131), com menção ao PL a fls. 115/120.

O representante da Secretaria de Finanças, Carlos Yoshimori, afirmou que “embora seja nobre o objetivo do projeto, na realidade, é obrigação de todos. É direito de todos terem o meio ambiente ecologicamente equilibrado e, nesse sentido, todos devem preservá-lo. Não imagino que seja necessário conceder créditos para estimular a preservação do meio ambiente.” (fl. 116).

Por sua vez, o também representante da Secretaria de Finanças, Márcio Albuquerque, informou que “Não existe um crédito tributário que esteja sobrando que possa ser fornecido a esse potencial contribuinte do IPTU, que vai até o ponto de coleta seletiva, deixa o seu lixo e consiga de alguma forma abater um crédito. Isso aí não se coaduna, é de operacionalização quase impossível vincular esse tipo de serviço.” (fl. 116)

O Vereador Paulo Fiorilo opinou: “acho que poderíamos pensar na possibilidade de construir uma rede, em que o munícipe levaria o lixo reciclável, poderia ganhar um certificado, um crédito, que ele poderia negociar. O arranjo não é fácil aqui, mas se tiver a disposição da Secretaria, talvez pudéssemos pensar de uma forma em que a própria Prefeitura ganharia. Porque se pode mensurar aquilo que está tirando crédito e aquilo que se deixa de repassar para pagar os dois consórcios.” (fl. 118)

O Vereador Paulo Fiorilo solicitou informações ao Executivo (fl.132), com respostas às folhas 134-148.

A Subsecretaria da Receita, da Secretaria de Finanças, informou “*que não há elementos que nos permitam estimar a renúncia de receita com a entrada em vigor da propositura.*” (fl.135) e “*ratificando entendimento esposado anteriormente, manifestou-se pela não aprovação do PL*”(fl.138).

A Secretaria de Serviços ressaltou “*que segue em andamento o Plano de Expansão da Coleta Seletiva no município de São Paulo, sendo que ocorreu a finalização em 44 distritos, restando pendente 51 distritos, cuja previsão para universalização total é no ano de 2016. (...)*”

Verifica-se na legislação que a coleta seletiva já é uma obrigação para os munícipes usuários, conferindo ainda, com base na responsabilidade o princípio do poluidor-pagador a imposição ao poluidor da

obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados.” (fl.143) e “do ponto de vista jurídico, acompanhamos as demais áreas técnicas no posicionamento quanto ao veto” (fl. 144). Por fim, a Secretaria se posicionou “contrariamente à aprovação do Projeto de Lei nº393/2012” (fl.148)

Análise da Consultoria

O projeto, caso se torne lei, implicará renúncia de receita tributária. Em resposta a quesitos formulados por esta Comissão (ver acima), o Executivo afirma não dispor de elementos que permitam estimar a renúncia de receita com a entrada em vigor da propositura.

Art. 14 - A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de **estimativa do impacto orçamentário-financeiro** no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

☐ **sim** ☒ **não**

I - **demonstração** pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de **medidas de compensação**, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

☐ **sim** ☒ **não**

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro – Consultor Técnico Legislativo – Economia

Revisão: Adriano Nunes Borges – Consultor Técnico Legislativo – Economia

Relatório do Relator

PARECER Nº

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE

O PROJETO DE LEI Nº 393/2012

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores David Soares e Laércio Benko, visa incluir novo dispositivo na Lei nº 15.406, de 8 de julho de 2011, que dispõe, entre outros, sobre o Programa Nota Fiscal Paulistana, com objetivo de conceder aos contribuintes do Imposto Predial Territorial e Urbano – IPTU que comprovadamente efetuarem coleta seletiva de seus resíduos sólidos e orgânicos e os disponibilizarem para as cooperativas de reciclagem, créditos na Nota Fiscal Paulistana comercial ou residencial.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo para “adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa, uma vez que a Lei nº 14.097/05, com a redação dada pela Lei nº 15.406/11, dispõe especificamente sobre a nota fiscal eletrônica referente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Processos na Pauta da 6ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 25/03/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

9) PL 467/2012 DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ISENÇÃO E REMISSÃO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU) INCIDENTE SOBRE OS IMÓVEIS ONDE FUNCIONA O INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS - IPT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. PAULO FIORILO (PT) Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO	Ver. JULIANA CARDOSO (PT); Ver. CARLOS NEDER (PT)	Votação			
			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por uma sessão na Reunião Ordinária de 18/03/2015, a pedido do Ver. Ricardo Nunes.

Resumo da Tramitação

ASSUNTO: isenta do pagamento de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU os imóveis construídos e utilizados pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT para a consecução de suas finalidades, abrangendo também a isenção o imposto relativo ao excesso de área de terreno, sendo também remitidos os créditos tributários relativos ao IPTU e às taxas de limpeza, conservação e combate a sinistros.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 65/66).

Comissão de Administração Pública: favorável (fls. 67/68).

Relator da Comissão de Finanças e Orçamento: apresentou substitutivo onde vincula a isenção a contrapartidas cujo valor iguale o da isenção: realização de estudos, diagnósticos e outras atividades em contratos com a Prefeitura Municipal de São Paulo; realização de investimentos anuais no próprio Instituto; concessão de bolsas de estudo de pós-graduação para servidores da Câmara Municipal de São Paulo e da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Análise da Consultoria

Consta dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos seguintes dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (**sim ou não**):

Art. 14 - A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de **estimativa** do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

☐ **sim** ☒ **não**

I - **demonstração** pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei

orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de **medidas de compensação**, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

☐ **sim**

☒ **não**

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto – Consultor Técnico Legislativo – Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi – Consultor Técnico Legislativo – Economia

Relatório do Relator

PARECER Nº

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE

O PROJETO DE LEI Nº 467/2012

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Carlos Neder e Juliana Cardoso, visa isentar do pagamento de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU os imóveis construídos e utilizados pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT para a consecução de suas finalidades, abrangendo também tal concessão o imposto relativo ao excesso de área de terreno.

Pelo art. 2º, também ficam remetidos os créditos tributários relativos ao IPTU e às taxas de limpeza, conservação e combate a sinistros constituídos até a data da publicação do projeto convertido em lei.

Caso o imóvel utilizado pelo IPTU seja locado, o art. 4º estabelece que o Instituto informará quando ocorrer o término do contrato, seja a que título for, no prazo máximo de 30 dias após a data de sua extinção.

Quanto aos aspectos atinentes a esta Comissão, consideramos que a matéria vem ao encontro do interesse público, eis que, conforme afirma a justificativa, o Instituto, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, há mais de cem anos vem colaborando para o progresso e desenvolvimento do País. A referida isenção, destarte, irá desonerar a instituição, liberando recursos para suas atividades.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer. Contudo, tendo em vista a responsabilidade na gestão fiscal, mormente no que tange a renúncia de receitas, e as sugestões havidas em diversas audiências públicas, apresentamos o seguinte substitutivo:

SUBSTITUTIVO Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 467/2012

Dispõe sobre a concessão de isenção e remissão do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) incidente sobre os imóveis onde funciona o Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam isentos de pagamento de Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU os imóveis construídos e utilizados pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo - IPT para a consecução de suas finalidades, desde que cumpridas as contrapartidas estabelecidas no art. 2º desta lei.

Parágrafo único. A isenção que trata o “caput” deste artigo também abrangerá o imposto relativo ao excesso de área de terreno.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Processos na Pauta da 6ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 25/03/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Art. 2º O benefício fiscal estabelecido no art. 1º desta lei fica condicionado à oferta, por parte do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo – IPT, das seguintes contrapartidas, calculadas monetariamente em percentual do valor anual total da isenção:

I – 50% (cinquenta por cento) para o fornecimento de suporte tecnológico ao desenvolvimento sustentável da Cidade de São Paulo e à qualidade de vida da população paulistana, com a realização de estudos, diagnósticos e outras atividades em contratos com a Prefeitura Municipal de São Paulo;

II – 25% (vinte e cinco por cento) para realização de investimentos anuais no próprio Instituto;

III – 25% (vinte e cinco por cento) em concessão de bolsas de estudo de pós-graduação para servidores da Câmara Municipal de São Paulo e da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Art. 3º - O Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT - terá direito à remissão dos créditos tributários relativos ao Imposto Predial e Territorial Urbano e às taxas de limpeza, conservação e combate a sinistros constituídos até a data da publicação desta lei, desde que comprovada a utilização do imóvel de acordo com suas finalidades estatutárias na data da ocorrência do fato gerador dos tributos.

Art. 4º - Caso o imóvel objeto do benefício ora concedido seja locado, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT - deverá informar, ao órgão competente, quando ocorrer o término do contrato, seja a que título for, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a data de sua extinção, sob pena de pagamento de todos os impostos isentados em razão desta lei, ao longo da utilização do imóvel.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias após sua publicação.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

10) PL 482/2012	Ver. OLIVEIRA (PSD)	Votação			
DISPÕE SOBRE A DESTINAÇÃO DE 80% (OITENTA POR CENTO) DAS VERBAS RESERVADAS PARA GASTOS COM PUBLICIDADE PARA CAMPANHAS EDUCATIVAS DE RESGATE DA CIDADANIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 2 (duas) sessões em 11/03/2015 a pedido do Ver. Paulo Fiorilo

Resumo da Tramitação

ASSUNTO: dispõe que as administrações direta, indireta e fundacional do Município de São Paulo

destinarão 80% (oitenta por cento) das verbas reservadas para gastos com publicidade para campanhas educativas de resgate da cidadania, constituídas de informação, conscientização e orientação sobre os deveres dos cidadãos, educação para boas práticas e importância do efetivo exercício da cidadania.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade, com apresentação de substitutivo, a fim de adequar o presente projeto de lei à melhor técnica de elaboração legislativa (fls. 29 a 31). (No Art. 3º, substituiu “**das**” dotações por “**pelas**” dotações(...)).

Comissão de Administração Pública: favorável, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 32).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: **contrário** (“... consideramos que a matéria é inoportuna”) (fl. 32)

Análise da Consultoria

O presente projeto prevê a destinação de recursos orçados, não criando despesas adicionais.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves – Consultor Técnico Legislativo – Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi – Consultor Técnico Legislativo – Economia

Relatório do Relator

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 482/12

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Oliveira, visa dispor que as administrações direta, indireta e fundacional do Município de São Paulo destinarão 80% (oitenta por cento) das verbas reservadas para gastos com publicidade para campanhas educativas de resgate da cidadania, constituídas de informação, conscientização e orientação sobre os deveres dos cidadãos, educação para boas práticas e importância do efetivo exercício da cidadania.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade, com apresentação de substitutivo, a fim de adequar o presente projeto de lei à melhor técnica de elaboração legislativa.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

11) PL 58/2013	Ver. PAULO FRANGE (PTB)	Votação			
ALTERA A REDAÇÃO DA SEÇÃO 14.1.2.2 DO CAPÍTULO 14 DO ANEXO I À LEI Nº 11.228, DE 25 DE JUNHO DE 1992, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (INSTALAÇÕES SANITÁRIAS)			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)					
Parecer: FAVORAVEL					

--	--

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 2 (duas) sessões em 11/03/2015 a pedido do Ver. Paulo Fiorilo.

Resumo da Tramitação

Assunto: altera a Lei 11.228, de 25 de junho de 1992 (Código de Obras e Edificações), determinando que os sanitários femininos devem ter dimensão física proporcional 30% maior que os sanitários masculinos, chegando a 50% sob condições que especifica.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 30-31).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: realizou duas audiências públicas, em 15/05/13 (menção ao projeto a fls. 34-35, exposição do autor: "Todos os eventos que vamos encontramos uma enorme fila de senhoras e de jovens e do outro lado o banheiro masculino, do mesmo tamanho, com um fluxo muito rápido. É absolutamente diferente, pelas próprias características do sexo", fl. 34) e 29/05/13 (menção ao projeto a fl. 38). A Comissão exarou parecer favorável (fl. 50).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho, Idoso e Mulher: favorável (fl. 51).

Comissão de Finanças e Orçamento: solicitou informações ao Executivo (fls. 53-54), em cuja resposta (fls. 55-68) destacam-se os pontos abaixo:

- i) "(...) porque restringir o atendimento infantil apenas ao sanitário feminino, quando entendemos que pais, avôs, irmãos, entre outros também poderão acolher as necessidades das crianças? (...) que pese a importância do projeto de lei, por se tratar de iniciativa esparsa de alteração do Código de Obras e Edificações – COE, e sendo diretriz desta CEUSO não recepcionar propostas que envolvam mudanças pontuais dos seus parâmetros técnicos, é nosso entendimento que o referido proposutura deve receber o veto total do Executivo" (fls. 56-57).
- ii) "(...) Em atenção ao questionado na inicial (...) quanto a existência de programas em planejamento ou desenvolvimento no Município que venham ao encontro do pretendido pelo projeto, podemos ressaltar a revisão do código de Obras e Edificações que encontra-se em processo de formulação por esta Secretaria. A revisão do referido COE, especificamente em seu item 14 - Instalações Sanitárias, tem como objetivo atribuir a quantificação das instalações sanitárias e por sexo levando em consideração a atividade desenvolvida e o tipo de população predominante num determinado local" (fl. 59).
- iii) "O cálculo do número de usuários de uma edificação, efetuado na dependência de sua área e utilização, leva em consideração a população permanente (...) e a população flutuante (...), conforme determinado na Seção 12.6 do Capítulo 12 do Anexo I da referida Lei nº 11.228/92. No referido PL, a porcentagem estabelecida leva em consideração, apenas uma informação da Fundação SEADE, *que diz ter aproximadamente 12% mais mulheres do que homens, 11,54% da população é menor de 9 (nove) anos e 5,85% menor de 4 (quatro) anos*, não levando em consideração o porte da edificação, sua atividade, sua população (permanente ou flutuante),

- iv) nem mesmo o tempo de espera” (fl. 62).
“(…) Por oportuno, julgamos que a elaboração do novo Código de Obras, em andamento, é o fórum adequado para exame da questão, evitando-se o exame pontual e analisando-a no contexto global do novo regramento” (fl. 66).

Análise da Consultoria

Os custos da propositura são os de fiscalização, para os quais já existe uma estrutura atual capaz de absorver os impactos do projeto, e de adaptação dos próprios municipais, que parecem significativos. O Executivo afirmou, em resposta a quesitos, que não é possível dimensionar estes custos (fl. 63).

Consta dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos seguintes dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (**sim ou não**):

Art. 16 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - **estimativa** do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 16 - ...

....

§ 2º - A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das **premissas e metodologia de cálculo** utilizadas.

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 17 - Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º - Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a **estimativa** prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º - Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de **comprovação** de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

Art. 4º ...

.....

§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

§ 3º - Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º - A **comprovação** referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do

Data da Reunião: 25/03/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

☐ **sim**

☒ **não**

Elaboração: Adriano Nunes Borges – Consultor Técnico Legislativo – Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi – Consultor Técnico Legislativo – Economia

Relatório do Relator

PARECER Nº

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE

O PROJETO DE LEI Nº 58/2013

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Paulo Frange, visa alterar a Lei 11.228, de 25 de junho de 1992 (Código de Obras e Edificações), determinando que os sanitários femininos devem ter dimensão física proporcional 30% maior que os sanitários masculinos, chegando a 50% sob condições que especifica.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

12) PL 143/2013	Ver. JAIR TATTO (PT)	Votação			
ESTABELECE QUE A SECRETARIA DE ABASTECIMENTO PRIORIZE A COMPRA DE LEGUMES, FRUTAS E VERDURAS DE SITIANTES, CHACAREIROS E PRODUTORES LOCAIS.	Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB)		Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 2 (duas) sessões em 11/03/2015 a pedido do Ver. Abou Anni.

Resumo da Tramitação

ASSUNTO: estabelece que a Secretaria de Abastecimento priorize a compra de legumes, frutas e verduras de sitiantes, chacareiros e produtores locais.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 40/41), com apresentação de substitutivo (“... Não obstante, é necessária a apresentação de Substitutivo a fim de adequar a redação da propositura, eis que a Secretaria de Abastecimento não mais compõe a estrutura da Administração Pública” – fls. 40).

Comissão de Administração Pública: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e

Legislação Participativa (fls. 42).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: parecer **contrário** – fls. 43/45 (“... No âmbito da competência desta Comissão, argumentamos que, embora seja competência do Município legislar sobre assuntos de interesse local e para a instituição e organização dos serviços públicos de interesse local o presente projeto não está alinhado com os princípios da livre concorrência e da livre iniciativa ... A obrigatoriedade da prioridade pela compra de produto configurará intervenção do Poder Público na ordem econômica violando frontalmente os princípios da livre iniciativa e da livre concorrência... Ademais, fornecedores de outras regiões poderão ofertar melhores preços que os produtores contemplados pelo projeto de lei em questão, pode ser que a zona rural da cidade de São Paulo não seja capaz de produzir o suficiente para atender a demanda vez que o município não possui grandes lavouras, sem contar que essa “prioridade” pode acabar por gerar mais custos e maiores incumbências a municipalidade” – fls. 43/44).

Comissão de Finanças e Orçamento:

Solicitadas informações ao Executivo (fls. 47), com resposta a fls. 49/71:

- “... a proposta legislativa não esclarece o que se deve entender por produtores locais, fato esse que certamente impedirá o cumprimento da norma, caso o projeto venha a se converter em lei” – Secretaria Municipal da Saúde – SMS.G/AJ (fls. 58);

- “... o Projeto de Lei, uma vez convertido em lei, não geraria os efeitos pretendidos na esfera educacional, uma vez que a oferta de alimentação aos educandos é responsabilidade expressa constitucionalmente e por lei que rege a educação nacional, alinhada às diretrizes e regras nacionalmente ditadas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar... Podemos dizer que os propósitos do Projeto de Lei são perfeitamente pertinentes e coadunam com as iniciativas implementadas pela municipalidade no que tange à alimentação escolar. Todavia, enquanto regra a ser editada por força de lei, entende-se que, na esfera educativa, não geraria os efeitos desejados, frente às especificidades de ação e iniciativas que envolvem a alimentação escolar no Município de São Paulo” – Secretaria Municipal de Educação – Gabinete do Secretário – Assistência Técnica (fls. 64).

Análise da Consultoria

Conforme apontado pela Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia, poderia, em tese, haver elevação de preços nas compras. Pelas informações de SME, o projeto “não geraria os efeitos desejados, frente às especificidades de ação e iniciativas que envolvem a alimentação escolar”.

Consta dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos seguintes dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (**sim ou não**):

Art. 16 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - **estimativa** do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 16 - ...

....

§ 2º - A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das **premissas e metodologia de cálculo** utilizadas.

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 17 - Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º - Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a **estimativa** prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º - Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de **comprovação** de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

Art. 4º ...

.....

§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

§ 3º - Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º - A **comprovação** referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

☐ **sim**

☒ **não**

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto – Consultor Técnico Legislativo – Economia

Revisão: Alexandre Henrique Cardoso – Consultor Técnico Legislativo – Economia

Relatório do Relator

PARECER Nº

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE

O PROJETO DE LEI Nº 143/2013

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Jair Tatto, visa estabelecer que a Secretaria de Abastecimento priorize a compra de legumes, frutas e verduras de sitiantes, chacareiros e produtores locais.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo, "... a fim de adequar a redação da propositura, eis que a Secretaria de Abastecimento não mais compõe a estrutura da Administração Pública".

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Processos na Pauta da 6ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 25/03/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

13) PL 279/2013	Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	Votação			
ALTERA O ANEXO I DA LEI MUNICIPAL Nº 11.228 DE 25 DE JUNHO DE 1992, PARA ACRESCENTAR OS ITENS 9.5.7 E 9.5.7.1, BEM COMO, DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE ITEM DE SEGURANÇA EM ELEVADORES JÁ INSTALADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 2 (duas) sessões em 11/03/2015 a pedido do Ver. Paulo Fiorilo.

Resumo da Tramitação

ASSUNTO: altera o anexo I da Lei Municipal nº 11.228 de 25 de junho de 1.992, Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo, para acrescentar os itens 9.5.7 e 9.5.7.1, bem como, dispõe sobre a obrigatoriedade de item de segurança em elevadores já instalados.

O art. 1º do projeto insere os itens 9.5.7 e 9.5.7.1, ao anexo I da Lei nº 11.228/92, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“9.5.7 Para instalação de elevadores de passageiros em edifícios públicos ou privados não residenciais, no âmbito do Município de São Paulo será necessária a disposição de item de segurança dotado de mecanismo de resgate automático, para que, em caso de pane ou incêndio, seja efetuado o nivelamento do aparelho na superfície mais próxima.

9.5.7.1 “A empresa responsável pela manutenção do aparelho deverá realizar avaliações periódicas para testar o artefato”.

Pelo art. 2º, os edifícios públicos ou privados não residenciais já construídos e dotados de “habite-se” na data de publicação desta propositura como lei deverão realizar as conformações no prazo máximo de 1 (um) ano.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 31-33).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: Favorável (fl. 58-59).

Realizou Audiência pública, em 26/06/13 (fl. 36), e em 07/08/13 (fl. 48). Não teve inscritos.

Quesitos ao Executivo (fl. 49). Resposta do Executivo (fls. 50-57):

Comissão de Edificações e Uso do Solo – CEUSO: (fl. 53-54) “...consultada uma empresa especializada em “modernização” de elevadores, temos a informar:

- Para implementação deste “dispositivo de resgate automático, *que em caso de pane ou incêndio, seja efetuado o nivelamento do aparelho até a superfície mais próxima*”, há necessidade de que os elevadores sejam dotados de um sistema de “microprocessador”, permitindo a implantação do “no-break”, artefato este que, na falta de energia, seria acionado automaticamente, permitindo que o “aparelho” chegasse até o andar mais próximo (funcionando como um gerador somente para aquele instante).

- Este “mecanismo” devido a utilização de equipamentos eletrônicos, *só poderia ser implantado em elevadores dotados de alta tecnologia ou os que passaram por processos de “modernização” dos seus*

componentes, não podendo ser simplesmente adaptados aos equipamentos já existentes sem adequação desta tecnologia avançada.

...representaria a obrigatoriedade da substituição de todos os elevadores atualmente instalados, dotando-os de equipamentos de alta tecnologia com componentes eletrônicos, representando uma intervenção de *maior* amplitude dependendo das características do equipamento já existente, sugerindo um problema de ordem econômica e operacional para a sua implementação.

Cabe salientar que, na Seção 12.10.4 da Lei no 11.228/92, prevê a obrigatoriedade de elevadores de emergência para edificações de uso não residencial com altura superior a 60,00m, dimensionados de acordo com as N.T.O, dispondo de dispositivo de manobra manual para o uso da Brigada do Corpo de Bombeiros ou Brigada de Incêndio e alimentação de *energia independente* por gerador.”

“...recomendamos, s.m.j., o veto total...” (fl. 54)

Coordenadoria de Atividade Especial e Segurança de Uso – SEGUR: (fl 56) “...esta Divisão Técnica de Manutenção de Instalação de Segurança / SEGUR-4 concorda que a instalação do dispositivo proposto no Projeto de Lei representaria uma intervenção de ordem tecnológica, operacional e econômica de enorme amplitude, *não justificando o objeto*, além dos demais aspectos legais e administrativos mencionados. Assim sendo também recomendamos o veto total do PL n ° 279/13.”

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho, Idoso e Mulher: favorável (fl. 60)

Análise da Consultoria

Gera despesas para adaptar os elevadores dos edifícios públicos ao aqui proposto, e também de fiscalização. O art. 2º afeta também todos os edifícios não residenciais, que teriam o prazo de 1 ano para cumprir a obrigatoriedade aqui proposta. Conforme informação do Executivo à Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, seria necessário substituir todos os elevadores atualmente instalados, dotando-os de equipamentos de alta tecnologia com componentes eletrônicos.

Observe-se que o art. 3º dispõe que, em caso de descumprimento dos termos do art. 2º, aplicar-se-ão os anexos II e III do Código de Obras. Ocorre que o Anexo II trata de taxas para exame e verificação de projetos e construções, e o Anexo III traz a Tabela de multas, com correspondência ao dispositivo infringido. Seria necessário incluir os itens deste projeto na tabela de multas. Sugerimos quesitos ao Executivo. Ademais, no art. 3º há menção equivocada ao Código de Obras (Lei 11.228/92 e não 11.288/92).

Consta dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos seguintes dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (**sim ou não**):

Art. 16 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - **estimativa** do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 16 - ...

....

§ 2º - A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das **premissas e metodologia de cálculo** utilizadas.

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 17 - Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida

provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º - Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a **estimativa** prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º - Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de **comprovação** de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

Art. 4º ...

.....

§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

§ 3º - Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º - A **comprovação** referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterá as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

☐ **sim**

☒ **não**

Elaboração: Regina Eiko Kimachi – Consultor Técnico Legislativo – Economia

Revisão: Bruno Nunes Medeiro – Consultor Técnico Legislativo – Economia

Relatório do Relator

PARECER Nº

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

PROJETO DE LEI Nº 279/2013

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Nelo Rodolfo, visa alterar o anexo I da Lei Municipal nº 11.228 de 25 de junho de 1992, Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo, para acrescentar os itens 9.5.7 e 9.5.7.1, bem como dispõe sobre a obrigatoriedade de item de segurança em elevadores já instalados.

O art. 1º do projeto insere os itens 9.5.7 e 9.5.7.1, ao anexo I da Lei nº 11.228/92, com a seguinte redação:

“9.5.7 Para instalação de elevadores de passageiros em edifícios públicos ou privados não residenciais, no âmbito do Município de São Paulo será necessária a disposição de item de segurança dotado de mecanismo de resgate automático, para que, em caso de pane ou incêndio, seja efetuado o nivelamento do aparelho na superfície mais próxima.

9.5.7.1 A empresa responsável pela manutenção do aparelho deverá realizar avaliações periódicas para testar o artefato”.

Pelo art. 2º, os edifícios públicos ou privados não residenciais já construídos e dotados de “habite-se” na data de publicação desta propositura como lei deverão realizar as conformações no prazo máximo de 1 (um) ano.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer. Contudo, para correção no número da Lei citada no art. 3º, apresentamos o seguinte substitutivo:

SUBSTITUTIVO Nº AO PROJETO DE LEI Nº279/2013

Altera o anexo I da Lei Municipal nº 11.228, de 25 de junho de 1.992, para acrescentar os itens 9.5.7 e 9.5.7.1, bem como, dispõe sobre a obrigatoriedade de item de segurança em elevadores já instalados, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo, D E C R E T A:

Art. 1º Insiram-se os itens 9.5.7 e 9.5.7.1, ao anexo I da Lei nº 11.228, de 25 de junho de 1992, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“9.5.7 Para instalação de elevadores de passageiros em edifícios públicos ou privados não residenciais, no âmbito do Município de São Paulo será necessária a disposição de item de segurança dotado de mecanismo de resgate automático, para que, em caso de pane ou incêndio, seja efetuado o nivelamento do aparelho na superfície mais próxima.

9.5.7.1 A empresa responsável pela manutenção do aparelho deverá realizar avaliações periódicas para testar o artefato.”

Art. 2º Os edifícios públicos ou privados não residenciais já construídos e dotados de “habite-se” na data de publicação desta Lei deverão realizar as conformações no prazo máximo de 01 (um) ano.

Art. 3º Em caso de descumprimento dos termos do art. 2º aplicar-se-ão os anexos II e III da Lei Municipal nº 11.228, de 25 de junho de 1992.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo máximo de, 90 (noventa) dias.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

14) PL 399/2013	Ver. LAÉRCIO BENKO (PHS); Ver. ORLANDO SILVA (PC DO B)	Votação			
DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE SAÚDE BÁSICAS (UBS) E DA ASSISTÊNCIA MÉDICA AMBULATORIAL (AMAS), QUE PRESTAM SERVIÇOS PELO PERÍODO DE 14 HORAS, NO ÂMBITO DA CIDADE DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COM. DE ADM. PÚBLICA					

--	--

Obs: Vistas concedidas ao Ver. Jair Tatto em 03/12/2014. Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 2 (duas) sessões em 11/03/2015 a pedido do Ver. Jair Tatto.

Resumo da Tramitação

ASSUNTO: determina que as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e as de Assistência Médica Ambulatorial (AMAS), no âmbito da Cidade de São Paulo, deverão ter período mínimo de funcionamento diário de 14 (quatorze) horas, com horário de início de funcionamento às 07:00 horas e encerramento às 21:00 horas, de segunda a sábado.

Pelo art. 2º, as unidades de Assistência Médica Ambulatorial (AMAS) assim como as Unidades Básicas de Saúde (UBS) poderão estabelecer horários mais amplos de funcionamento, ou estabelecer horários diferenciados a fim de atender a peculiaridade local.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 59/60).

Comissão de Administração Pública: parecer favorável (fls. 62/63) com substitutivo "...objetivando estabelecer que todas as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e as Assistências Médicas Ambulatoriais (AMAs) funcionem de segunda a sábado ininterruptamente, por 24 horas diárias" (fls. 62).

Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher: solicitou informações ao Executivo (fls. 64), com resposta a fls. 65 transmitindo "os pronunciamentos exarados no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde, contrários à aprovação da medida" (fls. 65):

- "... a fixação de horário de funcionamento de unidades de saúde por força de lei de iniciativa do legislativo configura verdadeira usurpação de competência da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, razão pela qual o projeto em análise deve ser rejeitado de plano.

Com efeito, ao interferir no horário de funcionamento das unidades de saúde, o projeto em questão interfere na própria formulação de política de saúde, cuja competência no âmbito municipal, por força da Lei Federal nº 8080/90, é da Secretaria Municipal da Saúde (art. 9º, III).

Ademais, a extensão do horário de funcionamento da rede de atenção básica à saúde deve levar em consideração diversos fatores, entre eles a demanda de atendimento, a necessidade de profissionais da saúde e a segurança das unidades, dos servidores e dos usuários envolvidos, fatores esses que somente a Secretaria Municipal da Saúde tem condições de estabelecer, após um estudo minucioso sobre o impacto dessa medida" – SMS.G/AJ (fls. 70/71);

- "... Os casos de demanda espontânea nas UBS ocorrem predominantemente no período diurno, pois intercorrências surgidas durante madrugada ou tarde da noite são naturalmente direcionadas pela própria comunidade e/ou SAMU aos serviços de pronto socorro e AMAs que funcionam 24 horas.

O contingente de agravos noturnos/madrugada é significativamente menor (em torno de 30% do total) podendo ser devidamente atendido pela rede assistencial de urgência tal qual se configura hoje (prontos socorros e 12 AMAs 24 horas), sem maiores problemas. Assim, a abertura ininterrupta de todas as 120 AMAS mostra-se desnecessária, caracterizando desperdício financeiro e de pessoal" – Assessor Técnico –

Atenção Básica/SMS-G (fls. 73/74).

Essa Comissão exarou parecer favorável ao projeto original.

Comissão de Finanças e Orçamento:

Resposta a quesitos a fls. 80/94:

- "... o montante estimado que seria gasto com o projeto gira em torno de aumento de 30% do orçado atualmente, em função de necessidade de ampliação de jornada de trabalho dos funcionários. Ressalta-se que este dado é impreciso, pois variáveis como adicional de distância ou de dificuldade de provimento, diferenças salariais das distintas categorias de profissionais, tabela de lotação de pessoal diferenciada interferem sobremaneira nos custos finais" (Coordenação da Atenção Básica – Secretaria Municipal da Saúde) – fls. 93.

Análise da Consultoria

As despesas geradas (obrigatórias de caráter continuado) implicariam acréscimo aproximado de 30% nos atuais gastos com manutenção das unidades de que trata o projeto, conforme acima transcrito.

Consta dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos seguintes dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (**sim ou não**):

Art. 16 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - **estimativa** do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 16 - ...

....

§ 2º - A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das **premissas e metodologia de cálculo** utilizadas.

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 17 - Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º - Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a **estimativa** prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º - Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de **comprovação** de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

Art. 4º ...

.....

§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que

Data da Reunião: 25/03/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

se referirem e para os dois seguintes.

§ 3º - Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º - A **comprovação** referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

☐ **sim**

☒ **não**

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto – Consultor Técnico Legislativo – Economia

Revisão: Alexandre Henrique Cardoso – Consultor Técnico Legislativo – Economia

Relatório do Relator

PARECER Nº

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE

O PROJETO DE LEI Nº 399/2013

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Laércio Benko e Orlando Silva, visa determinar que as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e as de Assistência Médica Ambulatorial (AMAS), no âmbito da Cidade de São Paulo, deverão ter período mínimo de funcionamento diário de 14 (quatorze) horas, com horário de início de funcionamento às 07:00 horas e encerramento às 21:00 horas, de segunda a sábado.

Pelo art. 2º, as unidades de Assistência Médica Ambulatorial (AMAS) assim como as Unidades Básicas de Saúde (UBS) poderão estabelecer horários mais amplos de funcionamento, ou estabelecer horários diferenciados a fim de atender a peculiaridade local.

A douta Comissão de Administração Pública apresentou substitutivo "...objetivando estabelecer que todas as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e as Assistências Médicas Ambulatoriais (AMAs) funcionem de segunda a sábado ininterruptamente, por 24 horas diárias".

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Administração Pública.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

15) PL 470/2013 Ver. NOEMI NONATO (PROS)		Votação			
DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA PRÁTICA DE FRISAGEM EM PNEUS EM OFICINAS MECÂNICAS, ESTABELECIMENTOS DE VENDA DE AUTOPEÇAS, BORRACHARIAS E SIMILARES, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB)					
Parecer: FAVORAVEL					

--	--

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 2 (duas) sessões em 11/03/2015 a pedido do Ver. Paulo Fiorilo.

Resumo da Tramitação

ASSUNTO: proíbe a prática de frisagem de pneus automotivos em oficinas mecânicas, estabelecimentos de venda de autopeças, borracharias e similares, no âmbito do Município de São Paulo, com a finalidade de iludir a fiscalização acerca das condições ideais de rodagem. O projeto considera “frisagem” a criação de riscos, vincos ou sulcos na banda de rodagem de pneu desgastado, conhecido popularmente como “careca”.

A propositura determina multa ao infrator no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), aplicada em dobro no caso de reincidência, e com previsão de correção monetária, além de estipular que, no caso do seu não pagamento, haverá a perda imediata do alvará de funcionamento.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 19 a 21).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável (fls. 22 e 23).

Comissão de Finanças e Orçamento: Foram feitos quesitos ao Executivo (fl 24) com resposta às folhas 26/36:

- “(...) entendemos que vários sejam os eventuais processos de frisagem, exigindo uma fiscalização que detenha conhecimento dos aspectos técnicos de detecção da possível infração, o que exigiria uma formação hoje não existente na fiscalização das Subprefeituras (fl. 27 – Supervisão Geral de Uso e Ocupação do Solo SMSP/SUOS);
- “(...) a matéria objeto do PL nº 470/2013 extrapola o campo de competência reservado pela Constituição Federal ao legislador municipal. (...) Os aspectos concernentes à segurança no trânsito e nos transportes também se inserem no campo de competência privativa da União”. (fl. 29 – Assessoria Técnica de Assuntos Jurídicos da Coordenação das Subprefeituras);
- “Com as considerações das áreas técnica e jurídica desta Secretaria, que acolhemos, encaminhamos o presente processo administrativo a Vossa Senhoria opinando pelo Veto Total ao Projeto de Lei nº 470/2013, de autoria da Vereadora Noemi Nonato”. (fl.32 – Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras);
- Segundo o chefe de gabinete da Secretaria Municipal de Transportes, “o assunto não é de competência de SMT e não dispomos de informações ou subsídios de natureza técnica que possam ser fornecidos em relação à matéria (fl. 36).

Análise da Consultoria

O presente projeto, caso aprovado, implicará gastos com fiscalização.

Consta dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e

metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos seguintes dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (**sim ou não**):

Art. 16 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - **estimativa** do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

☐ **sim** ☒ **não**

....

§ 2º - A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das **premissas e metodologia de cálculo** utilizadas.

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 17 - Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º - Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a **estimativa** prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º - Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de **comprovação** de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

Art. 4º ...

.....

§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

§ 3º - Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º - A **comprovação** referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

☐ **sim** ☒ **não**

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso – Consultor Técnico Legislativo – Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi – Consultor Técnico Legislativo – Economia

Relatório do Relator

PARECER Nº
PROJETO DE LEI Nº 470/2013

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria da nobre Vereadora Noemi Nonato, visa proibir a prática de frisão de pneus automotivos em oficinas mecânicas, estabelecimentos de venda de autopeças, borracharias e similares, no âmbito do Município de São Paulo, com a finalidade de iludir a fiscalização

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Processos na Pauta da 6ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 25/03/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

acerca das condições ideais de rodagem. O projeto considera “frisagem” a criação de riscos, vincos ou sulcos na banda de rodagem de pneu desgastado, conhecido popularmente como “careca”.

Determina ainda a propositura multa ao infrator no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), aplicada em dobro no caso de reincidência, e com previsão de correção monetária, além de estipular que, no caso do seu não pagamento, haveria a perda imediata do alvará de funcionamento.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

16) PL 485/2013	Ver. EDUARDO TUMA (PSDB)	Votação			
DISPÕE SOBRE A POLÍTICA TARIFÁRIA DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO PÚBLICO DE PASSAGEIROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
Parecer: FAVORAVEL		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 2 (duas) sessões em 11/03/2015 a pedido do Ver. Paulo Fiorilo.

Resumo da Tramitação

ASSUNTO: estabelece diretrizes para orientar a política tarifária do serviço de transporte coletivo público de passageiros, a saber: i) promoção da equidade no acesso aos serviços; ii) melhoria da eficiência e da eficácia na prestação dos serviços; iii) ser instrumento da política de ocupação equilibrada da cidade de acordo com o plano diretor municipal, regional e metropolitano; iv) simplicidade na compreensão, transparência da estrutura tarifária para o usuário e publicidade do processo de revisão ou de reajuste; v) modicidade da tarifa para o usuário; vi) integração física, tarifária e operacional dos diferentes modos e das redes de transporte público e privado nas cidades; vii) articulação interinstitucional dos órgãos gestores dos entes federativos por meio de consórcios públicos; e viii) estabelecimento e publicidade de parâmetros de qualidade e quantidade na prestação dos serviços de transporte público coletivo.

A propositura também dispõe sobre a concessão ou permissão do serviço de transporte coletivo público de passageiros, definindo que: i) o regime econômico e financeiro da concessão e o da permissão do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros serão estabelecidos no respectivo edital de licitação, sendo a tarifa de remuneração da prestação de serviço de transporte público coletivo resultante do processo licitatório da outorga do poder público; ii) a tarifa de remuneração da prestação do serviço de transporte público coletivo deverá ser constituída pelo preço público cobrado do usuário pelos serviços somado à receita oriunda de outras fontes de custeio, de forma a cobrir a majoração de custos do serviço prestado ao usuário por operador público ou privado, além da remuneração do prestador; iii) as revisões ordinárias das tarifas de remuneração terão periodicidade mínima estabelecida pelo poder público delegante no edital e no contrato administrativo, e deverão incorporar parcela das receitas alternativas em favor da

modicidade da tarifa ao usuário; incorporar índice de transferência de parcela dos ganhos de eficiência e produtividade das empresas aos usuários; e aferir o equilíbrio econômico e financeiro da concessão e o da permissão, conforme parâmetro ou indicador definido em contrato; iv) o operador do serviço, por sua conta e risco e sob anuência do Poder Público Municipal, poderá realizar descontos nas tarifas ao usuário, inclusive de caráter sazonal, sem que isso possa gerar qualquer direito à solicitação de revisão da tarifa de remuneração; v) quando o Poder Público, em caráter excepcional e desde que observado o interesse público, proceder à revisão extraordinária das tarifas, por ato de ofício ou mediante provocação da empresa, deverá demonstrar sua cabal necessidade, instruindo o requerimento com todos os elementos indispensáveis e suficientes para subsidiar a decisão, dando publicidade ao ato; vi) dar-se-á publicidade aos elementos que instruem análise de reajustes, revisões ordinárias, revisões extraordinárias ou reajustes das tarifas, assim como, posteriormente, aos fundamentos de decisão proferida pelo poder público.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 54-55).

Comissão de Administração Pública: favorável (fls. 56).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável (fls. 57-58).

Análise da Consultoria

Tendo em vista que o projeto estabelece diretrizes, considera-se que não há impactos orçamentário-financeiros diretos.

Elaboração: Adriano Nunes Borges – Consultor Técnico Legislativo – Economia

Revisão: Bruno Nunes Medeiro – Consultor Técnico Legislativo – Economia

Relatório do Relator

PARECER Nº

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

PROJETO DE LEI Nº 485/2013

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Eduardo Tuma, visa estabelecer diretrizes para orientar a política tarifária do serviço de transporte coletivo público de passageiros, a saber: i) promoção da equidade no acesso aos serviços; ii) melhoria da eficiência e da eficácia na prestação dos serviços; iii) ser instrumento da política de ocupação equilibrada da cidade de acordo com o plano diretor municipal, regional e metropolitano; iv) simplicidade na compreensão, transparência da estrutura tarifária para o usuário e publicidade do processo de revisão ou de reajuste; v) modicidade da tarifa para o usuário; vi) integração física, tarifária e operacional dos diferentes modos e das redes de transporte público e privado nas cidades; vii) articulação interinstitucional dos órgãos gestores dos entes federativos por meio de consórcios públicos; e viii) estabelecimento e publicidade de parâmetros de qualidade e quantidade na prestação dos serviços de transporte público coletivo.

A propositura também dispõe sobre a concessão ou permissão do serviço de transporte coletivo público de passageiros, definindo que: i) o regime econômico e financeiro da concessão e o da permissão do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros serão estabelecidos no respectivo edital de licitação, sendo a tarifa de remuneração da prestação de serviço de transporte público coletivo resultante do processo licitatório da outorga do poder público; ii) a tarifa de remuneração da prestação do serviço de transporte público coletivo deverá ser constituída pelo preço público cobrado do usuário pelos serviços somado à receita oriunda de outras fontes de custeio, de forma a cobrir a majoração de custos do serviço prestado ao usuário por operador público ou privado, além da remuneração do prestador; iii) as revisões ordinárias das tarifas de remuneração terão periodicidade mínima estabelecida pelo poder público delegante no edital e no contrato administrativo, e deverão incorporar parcela das receitas alternativas em

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Processos na Pauta da 6ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 25/03/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

favor da modicidade da tarifa ao usuário; incorporar índice de transferência de parcela dos ganhos de eficiência e produtividade das empresas aos usuários; e aferir o equilíbrio econômico e financeiro da concessão e o da permissão, conforme parâmetro ou indicador definido em contrato; iv) o operador do serviço, por sua conta e risco e sob anuência do Poder Público Municipal, poderá realizar descontos nas tarifas ao usuário, inclusive de caráter sazonal, sem que isso possa gerar qualquer direito à solicitação de revisão da tarifa de remuneração; v) quando o Poder Público, em caráter excepcional e desde que observado o interesse público, proceder à revisão extraordinária das tarifas, por ato de ofício ou mediante provocação da empresa, deverá demonstrar sua cabal necessidade, instruindo o requerimento com todos os elementos indispensáveis e suficientes para subsidiar a decisão, dando publicidade ao ato; vi) dar-se-á publicidade aos elementos que instruem análise de reajustes, revisões ordinárias, revisões extraordinárias ou reajustes das tarifas, assim como, posteriormente, aos fundamentos de decisão proferida pelo poder público.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

17) PL 798/2013	Ver. GOULART (PSD); Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	Votação			
ALTERA A LEI Nº 8.989, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1990, PARA DEFINIR AS FUNÇÕES DE MAGISTÉRIO PARA EFEITOS DO DISPOSTO NO § 5º, DO ART. 40, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA.	Relator: Ver. PAULO FIORILO (PT) Parecer: CONTRARIO		Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por uma sessão na Reunião Ordinária de 18/03/2015, a pedido do Ver. Abou Anni.

Resumo da Tramitação

ASSUNTO: altera a Lei nº 8.989, de 21 de dezembro de 1990, para definir as funções de magistério para efeitos do disposto no § 5º, do art. 40, da Constituição da República.

O § 5º do art. 40 da Constituição Federal estabelece:

Art. 40 ...

....

§ 5º - Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 1º, III, "a", para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

Sobre o dispositivo citado acima (§ 1º, III, “a”, do art. 40):

Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

....

III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

Pela propositura, o art. 166 da Lei nº 8.989, de 21 de dezembro de 1990, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 10.916, de 21 de dezembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único, com a seguinte redação:

“Art. 166 ...

...

Parágrafo único. Para os efeitos de que trata este artigo, consideram-se funções de magistério as exercidas por professores no desempenho de atividades educativas, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico, quando exercidos em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, e inclusive nos Centros Educacionais Unificados - CEUS.” (NR)

Conforme a justificativa do projeto, “O presente Projeto de Lei pretende alterar a Lei nº 8.989, de 21 de dezembro de 1990, para esclarecer o que se entende por ‘funções de magistério’ para os fins da aposentadoria de que tratam os arts. 40, § 5º e 201, § 8º da Constituição da República”.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade (fls. 44/46).

Comissão de Administração Pública: favorável (fls. 48).

Comissão de Educação, Cultura e Esportes: parecer favorável (fls. 49/50) com substitutivo (“O Projeto de Lei comete um equívoco redacional que deve ser sanado, qual seja, a data correta da Lei nº 8.989 é 29 de outubro de 1979 e não 21 de dezembro de 1990. A data 21 de dezembro de 1990 se refere à Lei nº 10.916/90 que alterou a Lei nº 8.989/79” – fls. 49).

Comissão de Finanças e Orçamento: Solicitadas informações ao Executivo (fls. 51), com resposta a fls. 553/75:

- “... No caso dos CEUs, cabe a definição se esses equipamentos podem ser categorizados como estabelecimentos de ensino, mediante a análise e estudos da especificidade ocupacional dos cargos e funções lá exercidos, cujos resultados estarão condicionados à interpretação dada pela Procuradoria Geral

do Município, à luz da decisão exarada pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIN 3772” – Secretaria Municipal de Educação (fls. 62);

- “... a definição do que sejam as ‘funções de magistério’, para fins de aposentadoria especial do professor, é matéria reservada a lei nacional, porquanto a aplicação do benefício previsto no art. 40, § 5º, da Constituição, deve ser necessariamente uniforme em todo o território nacional” (Procurador do Município – fls. 73-verso).... Justamente por isso é que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional contém dispositivo desta natureza (o § 2º do art. 67, acrescentado pela Lei nº 11.301/06), cuja interpretação – em âmbito nacional – já foi definida pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 3.772/DF...” (Procurador do Município – fls. 74).

Análise da Consultoria

Conforme o Executivo, trata-se de assunto concernente à aplicação de legislação nacional. A aplicação geraria aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.

Consta dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos seguintes dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (**sim ou não**):

Art. 16 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - **estimativa** do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 16 - ...

....

§ 2º - A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das **premissas e metodologia de cálculo** utilizadas.

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 17 - Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º - Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a **estimativa** prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º - Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de **comprovação** de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

Art. 4º ...

.....

§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

§ 3º - Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º - A **comprovação** referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

☐ **sim**

☐ **não**

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto – Consultor Técnico Legislativo – Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi – Consultor Técnico Legislativo – Economia

Relatório do Relator

PARECER Nº

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

PROJETO DE LEI Nº 798/2013

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Goulart, visa alterar a Lei nº 8.989, de 21 de dezembro de 1990, para definir as funções de magistério para efeitos do disposto no § 5º, do art. 40, da Constituição da República.

O § 5º do art. 40 da Constituição Federal estabelece:

Art. 40 ...

....

§ 5º - Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 1º, III, "a", para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

Pela propositura, o art. 166 da Lei nº 8.989, de 21 de dezembro de 1990, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 10.916, de 21 de dezembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único, com a seguinte redação:

“Art. 166 ...

...

Parágrafo único. Para os efeitos de que trata este artigo, consideram-se funções de magistério as exercidas por professores no desempenho de atividades educativas, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico, quando exercidos em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, e inclusive nos Centros Educacionais Unificados - CEUS.” (NR)

Conforme a justificativa do projeto, “O presente Projeto de Lei pretende alterar a Lei nº 8.989, de 21 de dezembro de 1990, para esclarecer o que se entende por ‘funções de magistério’ para os fins da aposentadoria de que tratam os arts. 40, § 5º e 201, § 8º da Constituição da República”.

Solicitadas informações ao Executivo, informaram os órgãos competentes que, “No caso dos CEUs, cabe a definição se esses equipamentos podem ser categorizados como estabelecimentos de ensino, mediante a análise e estudos da especificidade ocupacional dos cargos e funções lá exercidos, cujos resultados estarão condicionados à interpretação dada pela Procuradoria Geral do Município, à luz da decisão exarada pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIN 3772. Ademais, “a definição do que sejam as ‘funções de magistério’, para fins de aposentadoria especial do professor, é matéria reservada a lei nacional, porquanto a aplicação do benefício previsto no art. 40, § 5º,

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Processos na Pauta da 6ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 25/03/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

da Constituição, deve ser necessariamente uniforme em todo o território nacional... Justamente por isso é que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional contém dispositivo desta natureza (o § 2º do art. 67, acrescentado pela Lei nº 11.301/06), cuja interpretação – em âmbito nacional – já foi definida pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 3.772/DF”.

Quanto aos aspectos atinentes a esta Comissão, apesar das elevadas intenções do nobre Autor, ponderamos que, conforme aponta o Poder Executivo, trata-se de assunto concernente à aplicação de legislação nacional. Além disso, a aplicação do disposto no projeto geraria aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.

Contrário, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Projetos de Deliberação das Comissões

18) PL 189/2006	Ver. NOEMI NONATO (PROS)	Votação			
DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS COM ILUMINAÇÃO EM TODOS OS PONTOS DE ÔNIBUS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COM. POLÍTICA URBANA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 2 (duas) sessões em 11/03/2015 a pedido do Ver. Jair Tatto.

Resumo da Tramitação

ASSUNTO: obriga a construção de abrigos com iluminação em todos os pontos de ônibus do Município.

Comissão de Constituição e Justiça: parecer pela legalidade (fls. 4).

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: parecer favorável (fls. 5/6) com apresentação de substitutivo para complementar o artigo 1º da propositura com a expressão “onde houver condições técnicas de instalação” (fls. 6).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: parecer favorável ao substitutivo da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente (fls. 7).

Comissão de Finanças e Orçamento: foram solicitadas informações ao Executivo (fls. 8) em **maio de 2008**, com resposta a fls. 11 a 17. A Secretaria Municipal de Transportes estimou em R\$ 413.980.000,00 o custo de aquisição e manutenção dos abrigos não previstos no orçamento e de instalação e gasto anual com energia elétrica de luminárias em todos os 19.000 abrigos da cidade (fls. 12). Ressaltou, ainda, que seria necessário um planejamento para instalação gradativa, devido ao impacto que as obras causarão ao transporte, “sendo razoável” um período de quatro anos para a conclusão dos serviços (fls. 12). O

Executivo concluiu dizendo que desde que a exigência de construção se aplique aos locais onde houver condições de instalação e que o Legislativo dote recursos orçamentários para a sua implementação, ele é favorável à propositura, pois esta trata de "ação importante para o conforto e a segurança dos usuários" (fls.16).

Análise da Consultoria

O projeto implica despesas obrigatórias de caráter continuado.

Consta dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos seguintes dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (**sim ou não**):

Art. 16 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - **estimativa** do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 16 - ...

....

§ 2º - A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das **premissas e metodologia de cálculo** utilizadas.

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 17 - Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º - Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a **estimativa** prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º - Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de **comprovação** de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

Art. 4º ...

.....

§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

§ 3º - Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º - A **comprovação** referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

☐ **sim** ☒ **não**

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto – Consultor Técnico Legislativo – Economia
Revisão: Bruno Nunes Medeiro – Consultor Técnico Legislativo – Economia

Relatório do Relator

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 189/2006

O presente projeto de lei, de autoria da nobre Vereadora Noemi Nonato, visa obrigar a construção de abrigos com iluminação em todos os pontos de ônibus do Município.

A douta Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente apresentou substitutivo para complementar o artigo 1º da propositura com a expressão “onde houver condições técnicas de instalação”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor, porquanto as despesas para sua execução correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

19) PL 624/2009	Ver. GOULART (PSD)	Votação			
ALTERA O ART. 7º DA LEI 13.316, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2002. (COLETA, REUTILIZAÇÃO E DESTINAÇÃO FINAL DE EMBALAGENS).			Favor	Contra	Abst.
Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB) Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COM. POLÍTICA URBANA		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 2 (duas) sessões em 11/03/2015 a pedido do Ver. Paulo Fiorilo.

Resumo da Tramitação

ASSUNTO: altera o art. 7º da Lei 13.316, de 1º de fevereiro de 2002, [que dispõe sobre a coleta, destinação final e reutilização de embalagens, garrafas plásticas e pneumáticos, e dá outras providências], a fim de estabelecer o prazo de até 31 de dezembro de 2020 para as empresas produtoras e distribuidoras de: I - bebidas de qualquer natureza; II - óleos combustíveis, lubrificantes e similares; III – cosméticos; IV - produtos de higiene e limpeza (responsáveis por dar destinação final ambientalmente adequada às garrafas e embalagens plásticas utilizadas para a comercialização de seus produtos) implementarem a reutilização e/ou reciclagem de no mínimo 22% em peso, da totalidade das embalagens comercializadas no município de São Paulo. Após essa data, os novos objetivos de valorização e reciclagem deverão ser fixados, mediante portaria conjunta da Secretaria de Finanças, Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Serviços.

Atualmente, o art. 7º da Lei 13.316/2002 estabelece percentuais mínimos de recompra de embalagens

comercializadas por essas empresas de 50% no prazo de um ano da publicação dessa lei, de 75% no prazo de dois anos e de 90% no prazo de três anos.

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade, com apresentação de substitutivo, “evitando, assim, possível alegação de vício em relação à competência privativa do Chefe do Executivo em iniciar o processo legislativo que se refira à organização administrativa” (fls. 62/66). Ainda, alterou o prazo para as empresas produtoras e distribuidoras de óleos combustíveis, lubrificantes e similares (inciso II do art. 2º) para até 31 de julho de 2014, mas não é mencionada a meta de reciclagem/reutilização.

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: realizou audiências públicas nos dias 28/09/2011 (fls. 69) e 19/10/2011 (fls. 74), sem oradores inscritos. Parecer favorável, com apresentação de substitutivo para ajustar o texto às novas determinações da Política Nacional de Resíduos Sólidos (fls. 75 e 76). Conforme o referido substitutivo, o art. 7º da Lei 13.316, de 1º de fevereiro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º O procedimento previsto no art. 2º deverá obedecer às disposições contidas no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, no que se refere às metas de reutilização e/ou reciclagem”.

Comissão de Administração Pública: favorável ao substitutivo apresentado pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente (fls. 77/78).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável ao substitutivo apresentado pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente (fls. 84/85).

Análise da Consultoria

O presente projeto implica despesas com fiscalização, em tese, orçadas.

Elaboração: Marcia Akemi Endo – Consultor Técnico Legislativo – Economia

Revisão: Thiago de Carvalho Alves – Consultor Técnico Legislativo – Economia

Relatório do Relator

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 624/2009

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Goulart, visa alterar o art. 7º da Lei 13.316, de 1º de fevereiro de 2002, que dispõe sobre a coleta, destinação final e reutilização de embalagens, garrafas plásticas e pneumáticos, e dá outras providências, a fim de estabelecer o prazo de até 31 de dezembro de 2020 para as empresas produtoras e distribuidoras de: I - bebidas de qualquer natureza; II - óleos combustíveis, lubrificantes e similares; III – cosméticos; IV - produtos de higiene e limpeza (responsáveis por dar destinação final ambientalmente adequada às garrafas e embalagens plásticas utilizadas para a comercialização de seus produtos) implementarem a reutilização e/ou reciclagem de no mínimo 22% em peso, da totalidade das embalagens comercializadas no município de São Paulo. Após essa data, os novos objetivos de valorização e reciclagem deverão ser fixados, mediante portaria conjunta da Secretaria de Finanças, Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Serviços.

De acordo com a legislação em vigor, os percentuais mínimos de recompra de embalagens comercializadas por essas empresas são de 50% no prazo de um ano da publicação da Lei 13.316/2002, de 75% no prazo de dois anos e de 90% no prazo de três anos.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa emitiu parecer pela legalidade, com apresentação de substitutivo, “evitando, assim, possível alegação de vício em relação à competência privativa do Chefe do Executivo em iniciar o processo legislativo que se refira à organização

Data da Reunião: 25/03/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

administrativa". Ainda, alterou o prazo para as empresas produtoras e distribuidoras de óleos combustíveis, lubrificantes e similares (art. 2º, inciso II) para até 31 de julho de 2014.

A Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, apresentou substitutivo para ajustar o texto às novas determinações da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Conforme o referido substitutivo, o art. 7º da Lei 13.316, de 1º de fevereiro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º O procedimento previsto no art. 2º deverá obedecer às disposições contidas no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, no que se refere às metas de reutilização e/ou reciclagem".

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

20) PL 492/2011	Ver. AURÉLIO MIGUEL (PR)	Votação			
ALTERA OS ARTIGOS 40, 41 E 43 DA LEI Nº 14.223, DE 26 DE SETEMBRO DE 2006, QUE DISPÕE SOBRE A ORDENAÇÃO DOS ELEMENTOS QUE COMPÕEM A PAISAGEM URBANA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE TRÂNSITO					

Obs: Vistas ao Ver. Paulo Fiorilo em 13/08/2014, ao Ver. Ricardo Nunes em 03/09/2014 e ao Ver. Jair Tatto em 25/11/2014. Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 2 (duas) sessões em 11/03/2015 a pedido do Ver. Paulo Fiorilo.

Resumo da Tramitação

ASSUNTO: altera os artigos 40, 41 e 43 da Lei nº 14.223, de 26 de setembro de 2006, conhecida como "Lei Cidade Limpa". No art. 40, que versa sobre as penalidades, acresce como inciso I a observância de advertência escrita e, no inciso III, suprime-se o caráter imediato do cancelamento da licença do anúncio ou da autorização do anúncio especial. No art. 41, a alteração proposta sugere que antes de aplicar a primeira multa, o fiscal deverá advertir o infrator, por meio de notificação, para que cumpra a lei. No art. 43, que define a forma de aplicação das multas, a alteração refere ao inciso III, trocando o termo "intimação" por "notificação". Segundo justificativa do projeto, as alterações propostas buscam privilegiar "o caráter pedagógico sem perder de vista a punição, e garante-se ao infrator certo lapso de tempo, para que, de boa-fé, adeque-se ao postulado legal, ao invés de simplesmente ser multado".

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa: pela legalidade, com substitutivo (fls. 64

a 67) a fim de adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa.

Comissão de Administração Pública: favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 68).

Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia: favorável com substitutivo (fls. 70 e 71) que aumenta o prazo para regularização ou remoção de anúncio (de 5 para 90 dias, no caso de anúncio indicativo ou especial e de 24 para 48 horas para anúncio que apresente risco iminente) e estabelece multa menor no caso de instituições sem fins lucrativos, além de suprimir a alteração do art. 43.

Análise da Consultoria

Tendo em vista tratar-se de alteração de legislação já existente, as despesas, referentes à fiscalização, já estão, em tese, devidamente previstas. Observe-se que, tanto na redação original como no substitutivo da Comissão de Justiça, os parágrafos do art. 43 são revogados, não parecendo ser essa a intenção do Autor, mormente da leitura da justificativa; no caso desse artigo, há mudança apenas no seu inciso III.

LEI 14.223, DE 26/SET/06	PL 492/2011	SUBSTITUTIVO COMISSÃO JUSTIÇA	SUBSTITUTIVO COMISSÃO TRÂNSITO, TRANSP. , ATIV. ECON.
Art. 40. A inobservância das disposições desta lei sujeitará os infratores , nos termos de seu art. 32, às seguintes penalidades:	Art. 40 A inobservância das disposições desta Lei, nos termos do art. 32, às seguintes penalidades:	Art. 40 A inobservância das disposições desta Lei sujeitará os infratores , nos termos do artigo 32, às seguintes penalidades:	Art. 40. A inobservância das disposições desta Lei, nos prazos estabelecidos no art. 41, sujeitará os infratores, nos termos de seu art. 32, às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis:
	I - advertência escrita;	I - advertência escrita;	I – notificação e advertência por escrito;
I - multa;	II - multa;	II - multa;	II – multa;
II - cancelamento imediato da licença do anúncio indicativo ou da autorização do anúncio especial;	III - cancelamento da licença do anúncio indicativo ou da autorização do anúncio especial;	III - cancelamento da licença do anúncio indicativo ou da autorização do anúncio especial;	III - cancelamento imediato da licença do anúncio indicativo ou da autorização do anúncio especial;
III - remoção do anúncio.	IV - remoção do anúncio	IV - remoção do anúncio.	IV - remoção do anúncio.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Processos na Pauta da 6ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 25/03/2015 - Horário: 11:00 horas
 Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

			Art. 40-A As instituições sem fins lucrativos que não estiverem de acordo com as normas legais ficam sujeitos os infratores as mesmas penalidades previstas no artigo 40 da presente lei.
			“Art. 40-B As multas as instituições sem fins lucrativos irregulares serão aplicadas da seguinte forma:
			I - primeira multa no valor de um salário mínimo por anúncio irregular;
			II - acréscimo de R\$ 100,00 (cem reais) para cada metro quadrado que exceder os 4,00m ² (quatro metros quadrados);
			III - persistindo a infração após o prazo previsto no artigo 3º será aplicada multa correspondente ao dobro da primeira, reaplicada a cada 30 (trinta) dias a partir da lavratura da anterior, até a efetiva regularização ou a remoção do anúncio, sem prejuízo do ressarcimento, pelos responsáveis, dos custos relativos à retirada do anúncio irregular pela Prefeitura.

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Processos na Pauta da 6ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 25/03/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

			Parágrafo único. No caso do anúncio apresentar risco iminente, a segunda multa, bem como as reaplicações subsequentes, ocorrerão a cada 24 (vinte e quatro) horas a partir da lavratura da multa anterior até a efetiva remoção do anúncio.
Art. 41. Na aplicação da primeira multa, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, os responsáveis serão intimados a regularizar o anúncio ou a removê-lo, quando for o caso, observados os seguintes prazos:	Art. 41 Antes de aplicar a primeira multa deverá o fiscal advertir o infrator, por meio de notificação, para que cumpra a lei, observados os seguintes prazos: (NR)	Art. 41 Antes de aplicar a primeira multa deverá o fiscal advertir o infrator, por meio de notificação, para que cumpra a lei, observados os seguintes prazos:	Art. 41. Verificada a irregularidade, nos termos desta Lei, os responsáveis serão intimados a regularizar o anúncio ou a removê-lo, quando for o caso, observados os seguintes prazos:
I - 5 (cinco) dias, no caso de anúncio indicativo ou especial;	I - 5 (cinco) dias, no caso de anúncio indicativo ou especial;	I - 5 (cinco) dias, no caso de anúncio indicativo ou especial;	I - 90 (noventa) dias, no caso de anúncio indicativo ou especial;
II - 24 (vinte e quatro) horas, no caso de anúncio que apresente risco iminente.	II - 24 (vinte e quatro) horas, no caso de anúncio que apresente risco iminente.	II - 24 (vinte e quatro) horas, no caso de anúncio que apresente risco iminente.	II - 48 (quarenta e oito) horas, no caso de anúncio que apresente risco iminente.
			Parágrafo único. Nos casos de reincidência, o prazo para regularizar ou remover o anúncio estabelecido no inciso I será reduzido para 5 (cinco) dias." (NR)
Art. 43. As multas serão aplicadas da seguinte forma:	Art. 43 As multas serão aplicadas da seguinte forma:	Art. 43 As multas serão aplicadas da seguinte forma:	NÃO ALTERA A LEI

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Processos na Pauta da 6ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 25/03/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

I - primeira multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por anúncio irregular;	I - primeira multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por anúncio irregular;	I - primeira multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por anúncio irregular;	
II - acréscimo de R\$ 1.000,00 (mil reais) para cada metro quadrado que exceder os 4,00m ² (quatro metros quadrados);	II - acréscimo de R\$ 1.000,00 (mil reais) para cada metro quadrado que exceder os 4,00 m2 (quatro metros quadrados);	II - acréscimo de R\$ 1.000,00 (mil reais) para cada metro quadrado que exceder os 4,00 m2 (quatro metros quadrados);	
III - persistindo a infração após a aplicação da primeira multa e a intimação referidas no art. 41 e nos incisos I e II deste artigo, sem que sejam respeitados os prazos ora estabelecidos, será aplicada multa correspondente ao dobro da primeira, reaplicada a cada 15 (quinze) dias a partir da lavratura da anterior, até a efetiva regularização ou a remoção do anúncio, sem prejuízo do ressarcimento, pelos responsáveis, dos custos relativos à retirada do anúncio irregular pela Prefeitura.	III - persistindo a infração após a notificação e aplicação da primeira multa referidas no art. 41 e nos incisos I e II deste artigo, sem que sejam respeitados os prazos ora estabelecidos, será aplicada multa correspondente ao dobro da primeira, reaplicada a cada 15 (quinze) dias a partir da lavratura da anterior, até a efetiva regularização ou remoção do anúncio, sem prejuízo do ressarcimento, pelos responsáveis, dos custos relativos à retirada do anúncio irregular pela Prefeitura.	III - persistindo a infração após a notificação e aplicação da primeira multa referidas no artigo 41 e nos incisos I e II deste artigo, sem que sejam respeitados os prazos ora estabelecidos, será aplicada multa correspondente ao dobro da primeira, reaplicada a cada 15 (quinze) dias a partir da lavratura da anterior, até a efetiva regularização ou remoção do anúncio, sem prejuízo do ressarcimento, pelos responsáveis, dos custos relativos à retirada do anúncio irregular pela Prefeitura.	
§ 1º. No caso do anúncio apresentar risco iminente, a segunda multa, bem como as reaplicações subseqüentes, ocorrerão a cada 24 (vinte e quatro) horas a partir da lavratura da multa anterior até a efetiva remoção do anúncio.			

§ 2º. Nos casos previstos nos arts. 9º e 10 desta lei, em que não é permitida a veiculação de anúncios publicitários por meio de "banners", "lambe-lambe", faixas, pinturas e outros elementos que promovam profissionais, serviços ou qualquer outra atividade nas vias e equipamentos públicos, as sanções estipuladas neste artigo serão também aplicadas aos respectivos responsáveis, que passarão a integrar cadastro municipal próprio, que será veiculado pela Internet no "site" da Prefeitura, na condição de "cidadão não responsável pela cidade".			
--	--	--	--

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto – Consultor Técnico Legislativo – Economia
Revisão: Regina Eiko Kimachi – Consultor Técnico Legislativo – Economia

Relatório do Relator

PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 492/2011

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Aurélio Miguel, visa alterar os artigos 40, 41 e 43 da Lei nº 14.223, de 26 de setembro de 2006, conhecida como “Lei Cidade Limpa”.

No art. 40, que versa sobre as penalidades, a propositura acresce como inciso I a observância de advertência escrita e, no inciso III, suprime o caráter imediato do cancelamento da licença do anúncio ou da autorização do anúncio especial. No “caput” do art. 41, a alteração proposta estabelece que, antes de aplicar a primeira multa, o fiscal deverá advertir o infrator, por meio de notificação. No art. 43, que define a forma de aplicação das multas, a alteração pretendida refere-se ao inciso III, deixando claro que, previamente à aplicação da multa, será realizada a notificação de que trata a alteração no art. 41.

Segundo a justificativa do projeto, as alterações propostas buscam privilegiar “o caráter pedagógico sem perder de vista a punição, e garante-se ao infrator certo lapso de tempo, para que, de boa-fé, adequasse ao postulado legal, ao invés de simplesmente ser multado”.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo a fim de adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa.

A egrégia Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia apresentou substitutivo que aumenta o prazo para regularização ou remoção de anúncio (de 5 para 90

Comissão de Finanças e Orçamento
Resumo dos Processos na Pauta da 6ª Reunião Ordinária de 2015

Data da Reunião: 25/03/2015 - Horário: 11:00 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

dias, no caso de anúncio indicativo ou especial e de 24 para 48 horas para anúncio que apresente risco iminente) e estabelece multa menor no caso de instituições sem fins lucrativos, além de suprimir a alteração do art. 43.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Requerimentos

21) REQ. FIN 14/2015	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)
Data do Requerimento: 23/03/2015	

REQUEIRO a douta Comissão de Finanças, na pessoa de seu Presidente Nobre Vereador Milton Leite, que nos termos regimentais, seja oficiado o Executivo no seguinte sentido:

Considerando matéria do jornal Estadão de 18/12/14 cuja manchete era "PREFEITURA PROMETE NOVA LICITAÇÃO PARA 156 AINDA NESTE ANO";

Considerando que a Subcomissão da Câmara Municipal de São Paulo (156) bem como a Controladoria Geral do Município apontaram diversas falhas e irregularidades que podem ter gerado um prejuízo de 28 milhões aos cofres municipais;

Considerando, a possibilidade de cancelamento imediato do contrato a época para estancar os prejuízos, assinando um contrato emergencial até o lançamento definitivo da licitação, observou-se após meses a continuidade deste contrato lesivo, sem nenhum novo anúncio de nova licitação bem como se apresenta empenhado para este ano o valor superior a trinta milhões de reais para esta empresa, executando-se a princípio mais de 4 milhões em 05/03 próximo passado em favor desta.

Assim, diante do exposto, requer seja encaminhado pelo Executivo, informações sobre a nova licitação bem como sobre os pagamentos futuros ou imediato cancelamento do contrato com a empresa Call Tecnologia.

	Votação		
	Favor	Contra	Abst.
Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
Ver. OTA (PROS)	-	-	-
Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-